

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia de Gás do Ceará - Cegás apresenta aos clientes, fornecedores, acionistas e ao mercado em geral este relatório com o demonstrativo das ações executadas pela empresa, os principais resultados alcançados ao longo de 2017, objetivos e perspectivas para os próximos anos.

As ações realizadas ao longo do ano reforçam o compromisso da Cegás em atuar com excelência no serviço de distribuição de gás, contribuindo com soluções energéticas eficientes e seguras para o desenvolvimento sustentável do Ceará, atendendo às expectativas dos clientes, de forma rentável e ambientalmente adequada.

No contexto nacional, o ano de 2017 foi marcado por um cenário de retomada do crescimento econômico. O discreto aumento do PIB nacional, a inflação em patamares menores que no ano anterior, e a alta do preço da gasolina foram variáveis que, em conjunto ou isoladamente, contribuíram para o incremento da demanda e afetaram positivamente o desempenho da Cegás.

A Cegás encerrou o ano de 2017 com uma carteira de 12.223 mil clientes atendidos. O volume acumulado distribuído foi de mais de 579,3 milhões de metros cúbicos, registrando um crescimento de 16,69% em relação ao ano de 2016.

O EBITDA totalizou em 2017 o montante de R\$ 75,4 milhões, o que representa um aumento da ordem de 4,61% em relação ao ano anterior (R\$ 72,1 milhões). O Lucro Líquido foi de R\$ 61,6 milhões, o maior da história da CEGÁS, resultado principalmente do esforço de captação de novos clientes e da política de controle de custos e despesas executada pela empresa em um ambiente de retomada da atividade econômica.

O ano também foi marcado por importantes realizações, entre as quais destacamos:

i) investimentos da ordem de R\$ 18,7 milhões, sendo R\$ 7,8 milhões destinados à conclusão de um projeto pioneiro no Brasil, a construção do gasoduto de 23 km que interligou o Aterro Sanitário de Caucaia ao cliente CERBRAS, e outros R\$ 10,9 milhões investidos na expansão da rede de distribuição de Gás Natural e na aquisição de equipamentos;

ii) início do fornecimento, em regime de testes, do Gás Natural Renovável gerado a partir da decomposição de resíduos sólidos no Aterro Sanitário de Caucaia;

iii) assinatura de contrato e início de fornecimento de gás para a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP);

iv) recorde na captação de novos clientes que totalizaram 2.440, o que representa um aumento de 69% em relação ao recorde anterior de 1.474 obtido em 2016;

v) elaboração de projetos executivos para a expansão de 23,6 km da malha de distribuição para atendimento aos potenciais clientes do segmento industrial;

vi) proteção catódica em 28 km da Linha Tronco Aquiraz a fim de garantir a integridade da rede;

vii) realização de otimização do Sistema de Georreferenciamento para as necessidades operacionais voltadas às situações emergenciais;

viii) atualização do sistema *ERP – Enterprise Resource Planning*, com modelagem de processo para atender a nova política de gestão patrimonial;

ix) continuação da implantação do sistema de telemetria e automação dos conjuntos de regulagem e medição instalados nos maiores usuários da Companhia, o que deverá proporcionar à Cegás o gerenciamento em tempo real da sua rede de distribuição de gás natural, além da melhoria da qualidade dos serviços prestados aos seus usuários;

x) continuidade do desenvolvimento do programa de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde – QSMS da Companhia, voltado para a padronização de processos internos e atendimento às normas da Organização Internacional de Normalização, NBR ISO 9001, ISO 14001 e ISO 45001;

xi) contratação de 22 novos concursados;

xii) implementação de políticas comerciais, de créditos e garantias contratuais para usuários, com a padronização de contratos, em atenção às melhores práticas de governança corporativa.

As práticas de governança corporativa, em 2017, ganharam a máxima atenção dos administradores, e a Cegás intensificou suas ações no sentido de tornar seus processos e operações ainda mais transparentes e confiáveis.

Para 2018, a estratégia é investir em tecnologias de segurança e obras de ampliação da rede de distribuição para outras localidades, levando assim, conforto e comodidade a mais famílias, além de economia e competitividade para novos comércios e indústrias.

Destaca-se, também, a decisão da Companhia de estender sua política de investimentos a outros municípios, de modo a consolidar sua presença em todo o Estado do Ceará.

Destques

Resumo Econômico Financeiro (R\$/mil)					
	2013	2014	2015	2016	2017
Receita Bruta	471.865	508.788	597.164	498.423	568.246
Gás comprado par revenda	314.425	339.719	397.916	301.638	344.018
Custeio	19.882	22.699	27.719	30.770	38.938
Lucro Líquido	35.629	33.719	45.269	61.541	61.637
EBITDA	39.339	36.273	51.174	72.107	75.434
Remuneração dos acionistas	26.978	25.757	34.260	46.545	46.682
Ativo Total	231.362	248.895	312.802	349.686	395.963
Passivo	116.377	121.709	170.738	183.535	215.650
Patrimônio Líquido	114.625	127.186	142.064	166.151	180.314

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E CARTA DE GOVERNANÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS

A Companhia de Gás do Ceará – Cegás em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores e à Sociedade em geral, o Relatório da Administração em conjunto com a Carta de Governança Corporativa, a Carta de Políticas Públicas, e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, juntamente com o de relatório dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal da Companhia.

GOVERNANÇA CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Identificação Geral

Em cumprimento ao art. 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração em conjunto com a Diretoria Executiva subscrevem a presente Carta Anual sobre Governança Corporativa e Políticas Públicas referente ao exercício social de 2017.

CNPJ/MF: nº 73.759.185/0001-96. NIRE 23300019431

Sede Av. Washington Soares, 6475 - Bairro José de Alencar - Fortaleza-CE - CEP 60.830-005

Tipo de Estatal: Sociedade de Economia Mista

Acionista Controlador: Estado do Ceará

Tipo Societário: Sociedade por ações

Tipo de Capital: Capital Fechado

Abrangência de Atuação: Estado do Ceará

Sector de Atuação: Gás Natural

Nosso compromisso e políticas públicas

Alguns serviços e atividades são necessários ao desenvolvimento da sociedade e imprescindíveis à manutenção da dignidade do ser humano, da vida e dos direitos. Esses serviços são entendidos como essenciais, pois estão diretamente ligados às necessi-

dades básicas da coletividade e suprem o interesse público, sendo fornecidos efetivamente pelo Estado ou por meio de seus delegados, quando se tratar de serviços de utilidade pública.

Compreendemos, então, o serviço público de essencialidade incontestável e de interesse coletivo, como o conjunto das atividades dotadas de conteúdo econômico e revestidas de especial relevância social, cuja titularidade para a exploração é atribuída pela Constituição Federal, ou por Lei, a uma das esferas da Federação, como forma de assegurar a sua prestação permanente.

Nesse contexto, a Constituição Federal em seu artigo 25, parágrafo 2º, concebeu os serviços locais de gás canalizado como serviço essencial, atribuindo aos Estados a competência para explorá-los diretamente, ou mediante concessão.

Além dos preceitos constitucionais acima mencionados, a natureza de essencialidade conferida aos serviços locais de gás canalizado é reforçada pelas disposições do inciso I, do artigo 10, da Lei nº 7.783/89, abaixo reproduzidas, segundo as quais os serviços de distribuição de gás canalizado fazem parte do rol de serviços/atividades considerados essenciais pelo legislador:

"Art. 10 - São considerados serviços ou atividades essenciais:

I - tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis..."

A criação da Cegás e nossas atividades

O Estado do Ceará, para assegurar o cumprimento da atribuição que lhe fora destinada com exclusividade pela Constituição Federal, criou através da Lei Estadual nº 12.010/92 a Companhia de Gás do Ceará – Cegás, definindo seu objeto social como sendo a produção, aquisição, armazenamento, distribuição, comercialização de gás combustível e a prestação de serviços correlatos.

Desta forma, a Cegás foi constituída em 18 de outubro de 1993, uma empresa de economia mista, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, cujo acionista controlador, o Estado do Ceará, delegou a esta Companhia os direitos de exploração dos serviços de distribuição de gás, através do Contrato de Concessão assinado em 30 de dezembro de 1993.

A Cegás é responsável pela distribuição de gás natural em todo o Estado do Ceará, sendo suas principais atividades:

i) a prestação dos serviços de distribuição de gás natural canalizado aos usuários dos diversos segmentos de mercado, a exemplo do industrial, veicular, residencial, comercial, coqueação e térmico;

ii) a prestação dos serviços de movimentação de gás natural a autoprodutor, este entendido como sendo o agente explorador e produtor de gás autorizado pela Agência Nacional de Petróleo - ANP para utilizar parte ou totalidade de sua produção como matéria-prima ou combustível em suas instalações industriais.

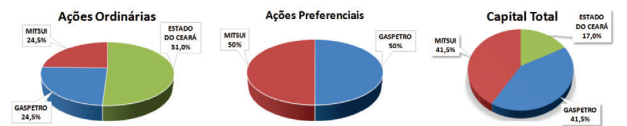
Alinhada diretamente aos interesses da sociedade cearense, a Cegás é um importante instrumento para a promoção do desenvolvimento econômico e social da região, desempenhando papel de relevância na matriz energética do Estado do Ceará.

Participação Societária

A Cegás tem como acionista controlador o Governo do Estado do Ceará. Os outros acionistas são a Petrobras Gás S.A. – GASPETRO, subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, e a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda., empresa com capital privado controlada pela Mitsui & Co. Ltd, com sede no Japão.

O capital está dividido em ações ordinárias e preferências, e a participação de cada sócio está demonstrada na tabela a seguir:

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL DE AÇÕES	
	Nº AÇÕES	%	Nº AÇÕES	%	Nº AÇÕES	%
Estado do Ceará	6.698.000	51,0	-	-	6.698.000	17,0
Petrobras Gás S/A - GASPETRO	3.217.667	24,5	13.133.333	50,0	16.351.000	41,5
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	3.217.667	24,5	13.133.333	50,0	16.351.000	41,5
TOTAL	13.133.334	100,0	26.266.666	100,0	39.400.000	100,0



Referencial Estratégico para a consecução das políticas públicas

A Cegás, focada no compromisso da consecução dos seus objetivos de políticas públicas, pauta suas ações no interesse social, na transparência, na busca incessante da qualidade dos serviços prestados e na satisfação dos seus usuários, atentando para os princípios e regras de total segurança no desempenho de suas atividades.

Missão: Distribuir gás natural, contribuindo com soluções energéticas eficientes e seguras para o desenvolvimento sustentável do Ceará.

Visão 2022: Estar presente e ser reconhecida pela inovação e excelência dos serviços prestados no Estado do Ceará.

Valores:

- Somos comprometidos com os resultados;
- Temos foco no cliente;
- Buscamos a melhoria contínua;
- Atuamos com ética e transparência;
- Praticamos consciência ecológica e social;
- Preservamos a vida;
- Nós nos colocamos no lugar dos outros.

Objetivos estratégicos para a consecução das políticas públicas:

- Objetivos ligados aos resultados – Cumprir o orçamento, alcançar nível de rentabilidade regulatória, equilibrar oferta e demanda de gás natural;
- Objetivos ligados aos cliente e mercado – Expandir consumo e participação no mercado, garantir satisfação do cliente;
- Objetivos ligados à responsabilidade social – Atuar com responsabilidade social, fortalecer a imagem corporativa;
- Objetivos ligados aos processos e controles – Estruturar e aprimorar processos, otimizar e implantar sistemas integrados de gestão, fortalecer sinergia com outras distribuidoras, implementar as áreas de gestão de risco e auditoria interna;
- Objetivos ligados ao capital humano – Desenvolver pessoas, propiciar ambiente integrado e harmônico;
- Objetivos ligados à infraestrutura – Expandir infraestrutura de distribuição, otimizar gerenciamento da rede, assegurar integridade da rede.

Estrutura de Governança e Composição da Administração

A estrutura de governança da Cegás conta com Assembleia Geral de Acionistas, Conse-

lho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e Auditor Independente.

Assembleia Geral: é o órgão máximo de tomada de decisão na Companhia e o fórum no qual os Acionistas decidem sobre todos os negócios relativos às estratégias da Companhia, tendo por objetivo a sua proteção e o seu desenvolvimento. A Assembleia Geral Ordinária tem competências específicas, as quais estão definidas no seu Estatuto Social e no Artigo 132, da Lei 6.404/76 – Lei das S.A. Dentre as principais deliberações da Assembleia Geral podemos citar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; eleger os administradores e os membros do conselho fiscal.

Conselho de Administração: órgão de deliberação da Companhia composto por 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) membros suplentes, todos eleitos em Assembleia Geral para mandato de 3 (três) anos. Este colegiado tem como principal responsabilidade fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, sendo que a sua forma de atuação, composição e suas respectivas competências estão dispostas nos artigos 9º a 13 do Estatuto Social da Cegás.

Conselho Fiscal: órgão permanente, composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, todos eleitos em Assembleia Geral para mandato de 1 (um) ano, cujas competências, composição e funcionamento estão disciplinados no artigo 24 do Estatuto Social da Cegás, bem como nos artigos 161 a 165 da Lei 6.404/76. Entre os seus objetivos principais destacam-se: i) analisar e opinar sobre as demonstrações financeiras; ii) fiscalizar os atos dos Administradores e verificar o cumprimento pelos mesmos dos seus deveres legais e estatutários.

Diretoria Executiva: órgão responsável pelas funções executivas e com a atribuição privativa de representar a Companhia, sendo composta por 3 (três) membros eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de 3 (três) anos. As atribuições e deveres da Diretoria estão disciplinados nos artigos 14 a 22 do Estatuto Social da CEGÁS.

Auditor Independente: é o responsável por assegurar a credibilidade das informações financeiras da Companhia e por opinar se as demonstrações contábeis preparadas pela sua administração representam, em todos os aspectos relevantes, sua posição patrimonial e financeira.

Remuneração da Administração e Empregados

Com vistas ao cumprimento das Políticas Públicas e dos objetivos traçados, a Companhia pratica um pacote de remuneração ao seus Administradores, Diretores e Empregados composto pelos seguintes elementos:

i) Remuneração Fixa Mensal definida com valores alinhados aos padrões praticados pelo Governo do Estado do Ceará. No caso da remuneração atribuída aos Empregados, os seus reajustes são definidos com base em Acordo Coletivo de Trabalho, cuja competência de aprovação é do Conselho de Administração. No que tange à remuneração atribuída à Diretoria Executiva, a competência para deliberar sobre o assunto pertence à Assembleia Geral de Acionistas;

ii) Pacote de Benefícios alinhado com as boas práticas de mercado, o qual, apesar de ser entendido como complemento à remuneração mensal, tem desempenhado importante papel para o aumento da motivação e manutenção da força de trabalho, além de aumentar a atratividade para o interesse de futuros entrantes oriundos dos próximos concursos públicos a serem desenvolvidos pela Cegás;

iii) Remuneração Variável a título de Participação nos Resultados aos Empregados e de Bônus de Desempenho dos Diretores, vinculada ao êxito apurado na realização das metas corporativas anuais traçadas, as quais representam, evidenciam e permitem: a) medir o desempenho da Companhia de uma forma global; b) averiguar o nível de consecução dos objetivos de interesse dos seus acionistas e das Políticas Públicas. Entre os principais objetivos traçados podem ser citados: 1) expansão e melhoria da rede de distribuição; 2) ampliação do número de usuários atendidos pelos serviços de distribuição de gás canalizado; 3) aumento do volume comercializado de gás por unidade usuária; 4) execução do planejamento orçamentário, com o consequente aumento da eficiência da Companhia em suas diversas áreas.

Administradores e Conselheiros Fiscais da Cegás têm sua remuneração definida em Assembleia Geral, que leva em conta a remuneração do exercício anterior e o reajuste correspondente às perdas inflacionárias no período. Em 2017, a remuneração global anual da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foi de R\$ 1,2 milhões.

Políticas e Práticas de Governança Corporativa

A Governança Corporativa tem como propósito assegurar a integridade, a regularidade, a transparência e a confiabilidade de uma empresa, bem como as melhorias no seu desempenho econômico. Para isso, utiliza um conjunto de mecanismos, tanto de incentivos como de monitoramento, que garantam o alinhamento do comportamento da alta administração com os interesses dos acionistas, e com os propósitos para os quais a companhia foi criada.

Assim, a Governança Corporativa inclui as relações entre os principais grupos de partes interessadas como os acionistas, conselho de administração, diretores, credores, fornecedores, clientes, empregados e as comunidades afetadas pelas atividades da corporação.

Nesta perspectiva, a Administração da Companhia busca estabelecer relacionamentos com princípios éticos, responsáveis e transparentes, trabalhando para atingir a excelência empresarial, melhorando continuamente as práticas e atitudes, visando potencializar ações que garantam a perenidade do negócio. Neste sentido, a Cegás vem buscando a adoção de um modelo de governança pautado nas melhores práticas desenvolvidas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), seguindo os princípios da:

Transparência: disponibilizando para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. Não se restringe apenas ao desempenho econômico-financeiro, mas também contempla fatores que norteiam a ação gerencial e que conduzem à preservação e à otimização do valor da organização;

Equidade: tratando de forma isonômica todos os sócios e partes interessadas, levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas. Repudia atitudes ou políticas discriminatórias, sob qualquer pretexto;

Prestação de contas: prestando contas da atuação dos diretores e administradores de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões e atuando com diligência e responsabilidade no âmbito dos seus papéis, mantendo um adequado sistema de controles internos, com constante avaliação de sua efetividade e conformidade e alinhamento a requisitos do ambiente regulatório da Companhia;

Responsabilidade corporativa: perseguindo e resguardando a viabilidade econômico-financeira dos investimentos, considerando cenários no curto, médio e longo prazos, busca reduzir as interferências externas negativas ao negócio, desestimulando decisões motivadas por favoritismo e criando mecanismos para evitar o conflito de interesses.

Estrutura de controle

A Diretoria Executiva tem atuado para garantir à Cegás uma estrutura de controle que estabeleça mecanismos internos de governança, com o objetivo de prevenir a não ocorrência de

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ações prejudiciais à Companhia, observando as normas legais e assegurando que as ações sejam aderentes às diretrizes, normas e procedimentos da empresa.

Para isso, está em fase de elaboração proposta de revisão da estrutura organizacional da Companhia, que deverá contemplar a implantação das seguintes áreas:

i) Gestão de Riscos e Conformidades, ligado diretamente ao Diretor Presidente, com atribuições suficientes para avaliar o cumprimento da legislação e regulamentação em vigor, das políticas e processos internos;

ii) Comitê de Auditoria Estatutária, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, e uma área de Auditoria Interna, sendo uma estrutura mais independente do dia a dia da Companhia, capaz de avaliar a efetividade das estruturas, os processos de controle instalados e os atos da gestão.

Esta nova estrutura deverá ser submetida à aprovação do Conselho de Administração, na condição de Órgão competente para a sua aprovação segundo o Estatuto Social da CEGÁS, até 30/06/2018, conforme prevê a Lei 13.303/16.

Independentemente de uma estrutura formal de Gerenciamento de Riscos e Auditorias, a Diretoria Executiva da Cegás, entendendo toda a dinâmica que envolve os negócios e os principais processos sob a sua gestão e responsabilidade, vem desempenhando o primeiro nível de monitoramento e controle dos riscos aos quais a Companhia está submetida. Para isso, a Diretoria Executiva se vale de:

i) Coordenação de Controle Interno ligada à Presidência da Companhia, atua monitorando os processos internos e coibindo fraudes;

ii) sistemas de automação das leituras de medição de consumo de gás natural de seus principais clientes;

iii) medidores de fronteira instalados nos Pontos de Entrega, onde é feita transferência de custódia do gás natural da supridora para a Cegás;

iv) sistema ERP padrão TOTVS, com os seus diversos módulos integrados entre si, gerando dados que são cruzados com as informações oriundas de outras áreas;

v) troca de experiências com outras Distribuidoras Estaduais de Gás Canalizado, com o objetivo de identificar boas práticas que podem ser inseridas nos processos internos, trazendo como consequências o ganho de eficiência e a minimização da exposição de riscos. Como exemplo, tem-se os modelos padronizados de editais e de contratos desenvolvidos por um grupo de especialistas que integram as Distribuidoras, os quais refletem com segurança as demandas que serão atendidas pelas contratadas, reduzindo o risco de pleitos futuros das contratadas em decorrências de contratos/editais deficientes;

vi) canal de ouvidoria, onde qualquer interessado pode, de forma anônima, apresentar denúncias sobre desvios, as quais serão objeto de apuração pelo Comitê de Ética da Companhia, nos termos dos seus normativos internos;

vii) sessões de Ética, das quais participam todos os integrantes da força de trabalho da Companhia. Além disso são realizadas:

a) auditorias internas pelos Acionistas que visam identificar pontos de não conformidades;

b) auditorias pelos órgãos de controle do Estado, a exemplo do Tribunal de Contas e da Controladoria Geral do Estado;

c) auditorias externas trimestrais que são realizadas por Auditores Independentes cuja autorização é de competência do Conselho de Administração da Cegás, as quais têm por objetivo assegurar a confiabilidade das Demonstrações Financeiras da Companhia, garantindo que foram elaboradas atendendo as normas técnicas dispostas pelos órgãos de regulação;

d) fiscalizações da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – ARCE.

No quesito transparência, a Companhia disponibiliza no Portal da Transparência do Governo do Estado do Ceará, em cumprimento à Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação Pública, uma série de informações de interesse dos usuários e da sociedade, além de possuir uma estrutura interna de call center para atender às demandas oriundas dos seus usuários.

DESEMPENHO DA CEGÁS

Mercedo

O volume médio de gás natural comercializado em 2017, incluindo o consumo termoeletrico, foi de 1.587.152 m³/dia, o que corresponde a um aumento nas vendas de 16,69% em relação a 2016 (1.360.162 m³/dia). Quando excluído o consumo de gás natural pelo segmento termoeletrico, o volume médio de gás comercializado pela Cegás para todos os demais segmentos atendidos em 2017 foi de 458.872 m³/dia, o que corresponde a um aumento nas vendas de aproximadamente 3,19% em relação a 2016 (444.705 m³/dia). Estes aumentos se deram em função da retomada do crescimento econômico no país e da entrada, no final do ano, da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) na carteira de clientes da Cegás.

Com relação aos volumes comercializados no segmento térmico, observa-se uma elevação de 23% em relação a 2016, em consequência do maior despacho termoeletrico na região Nordeste, resultante da piora do nível dos reservatórios hidroelétricos da região. O volume médio de movimentação de gás natural para a Refinaria (na condição de autoprodutor) em 2017 foi de 11.011 m³/dia, evidenciando um crescimento de 807% em relação a 2016 (1.214 m³/dia), justificada pela retomada da operacionalização da planta, mas ainda inexpressível para o resultado geral da Companhia.

Os gráficos abaixo apresentam a evolução das vendas da Companhia nos últimos cinco anos e a participação em 2017 dos segmentos da Cegás em suas vendas, considerando, em ambos os casos, o cenário com e sem o consumo no segmento térmico:

Volume Médio Diário Sem Térmica (m³/dia)

Ano	Volume Médio Diário Sem Térmica (m³/dia)
2013	459.989
2014	463.913
2015	459.724
2016	444.705
2017	458.872

Distribuição das Vendas por Segmentos (Sem Térmica)

Segmento	Porcentagem
Industrial	54,34%
Comercial	1,67%
Automotivo	40,11%
Cogeração	3,28%
Residencial	0,60%

Volume Médio Diário Com Térmica (m³/dia)

Ano	Volume Médio Diário Com Térmica (m³/dia)
2013	1.960.022
2014	1.912.855
2015	1.833.274
2016	1.360.162
2017	1.587.152

Distribuição das Vendas por Segmentos (com Térmica)

Segmento	Porcentagem
Térmico	71,09%
Industrial	15,71%
Automotivo	11,60%
Comercial	0,48%
Residencial	0,17%
Cogeração	0,95%

Os segmentos de mercado atendidos pela Companhia apresentaram o seguinte desempenho de consumo em 2017:

i) o segmento industrial apresentou um volume médio de gás natural comercializado em 2017 de 249.329 m³/dia, o que corresponde a um aumento de 0,60% em relação a 2016 (247.842 m³/dia), justificada pela tímida retomada de crescimento do país no segundo semestre e a entrada em dezembro da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) na carteira de clientes da Cegás;

ii) o segmento comercial apresentou um volume médio de gás natural comercializado

em 2017 da ordem de 7.677 m³/dia, o que corresponde a um aumento de aproximadamente 4,30% em relação a 2016 (7.360 m³/dia), resultado este fruto da estratégia de expansão traçada pela Companhia neste segmento;

iii) o segmento veicular, considerando inclusive a comercialização de gás natural veicular comprimido, apresentou um volume médio comercializado em 2017 da ordem de 184.073 m³/dia, o que corresponde a um aumento de 9,99% em relação a 2016 (167.354 m³/dia), demonstrando recuperação deste importante segmento de mercado, fruto da competitividade do gás natural frente à gasolina;

iv) o segmento autoprodução (cogeração) apresentou um volume médio de gás natural comercializado em 2017 da ordem de 15.034 m³/dia, o que corresponde a uma redução de aproximadamente 24,54% em relação a 2016 (19.924 m³/dia), justificada pela migração de clientes para o segmento industrial;

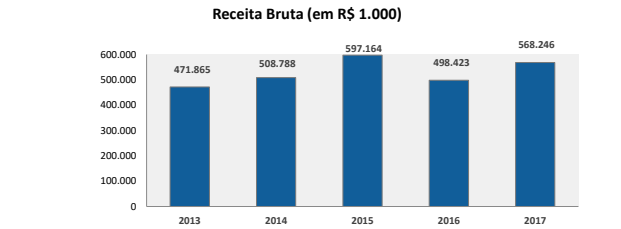
v) o segmento residencial apresentou um volume médio diário de gás natural comercializado em 2017 da ordem de 2.760 m³/dia, o que corresponde a um crescimento de aproximadamente 24,05% em relação a 2016 (2.225 m³/dia), aumentando assim o ritmo de crescimento verificado em anos anteriores, fruto da estratégia de expansão traçada pela Companhia neste segmento;

vi) já o segmento termoeletrico apresentou um volume médio diário de gás comercializado em 2017 da ordem de 1.128.280 m³/dia, o que corresponde a um aumento de aproximadamente 23% em relação a 2016 (915.458 m³/dia), justificada basicamente pelos despachos do Operador Nacional do Sistema Elétrico.

Receita

Em 2017, a Cegás distribuiu um total de 579.310 milhões de m³ de gás natural, incluindo o consumo do segmento térmico, o que correspondeu a uma Receita Bruta Total da ordem de R\$ 568,246 milhões, cerca de 14,01% superior àquela realizada em 2016 (R\$ 498,423 milhões), justificada pelo início da retomada do crescimento econômico e pelo maior despacho térmico.

O gráfico apresenta a evolução da Receita Bruta da Companhia no período 2013 a 2017.



A receita líquida gerada por essas atividades em 2017 alcançou o montante de R\$ 441,1 milhões, detalhadas por cada segmento na tabela a seguir:

Receita líquida por segmento (R\$ 1.000)					
Segmentos	2013	2014	2015	2016	2017
Industrial	97.521	101.778	112.510	108.963	116.608
Cogeração	6.711	8.863	8.259	8.330	6.623
Automotivo	51.343	52.019	62.303	80.469	98.145
Comercial	2.210	2.745	3.470	4.176	4.829
Residencial	534	761	976	1.282	1.783
Térmico	209.229	229.854	280.670	186.535	212.847
Serviço	201	399	697	42	235
Total	367.748	396.421	468.885	389.798	441.070

EBITDA e Lucro Líquido

O EBITDA, indicador que desconsidera os impostos sobre o lucro, a depreciação e a amortização, além do resultado financeiro obtido pela Companhia, totalizou em 2017 o montante de R\$ 75,4 milhões, o que representa um aumento da ordem de 4,61% em relação ao ano anterior (R\$ 72,1 milhões), a qual é justificada pelas seguintes variáveis:

i) aumento da margem de contribuição em decorrência da aplicação das regras tarifárias previstas no Contrato de Concessão;

ii) cobrança de penalidade contratual de falha de fornecimento aplicado ao supridor PETROBRAS, por descumprimento de contrato com a Térmica; e,

iii) política da companhia de redução de custos e despesas para minimizar os efeitos da crise. O Lucro Líquido em 2017 foi de R\$ 61,6 milhões, 0,15% maior do que aquele verificado no ano anterior (R\$ 61,5 milhões), e o maior da história da Companhia, devido principalmente aos mesmos fatores que afetaram positivamente o EBITDA.

Fluxo de Caixa

A Companhia encerrou o ano de 2017 com um saldo de Caixa total de R\$ 111,2 milhões, acrescido de R\$ 7,9 milhões de aplicações financeiras bloqueadas em garantia de empréstimo financeiro, mesmo após a realização de investimentos da ordem de R\$ 18,7 milhões e de pagamento de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 37,6 milhões. Esses números evidenciam a solidez da situação financeira da companhia. A tabela ao lado evidencia a evolução do caixa da Companhia.

Investimentos

Para a definição dos investimentos a serem realizados, o Contrato de Concessão firmado entre o Estado do Ceará e a Cegás estabelece indicadores de rentabilidade mínimos, a serem verificados através de estudos de viabilidade econômica que consideram as estratégias de crescimento da Companhia, o mercado potencial das regiões abrangidas pela distribuição e os níveis de rentabilidade para cada projeto e para a concessão como um todo. Assim, para atender aos objetivos de Políticas Públicas, foram realizados em 2017 investimentos da ordem de R\$ 18,7 milhões, dos quais R\$ 10,9 milhões foram destinados à aquisição de equipamentos e à expansão da sua malha de gasodutos, a qual passou de 437 km para 466 km de extensão ao final de 2017.

Dentre os principais investimentos, destacamos:

i) a construção de 6,6 km relativos à expansão da rede existente na região metropolitana de Fortaleza, voltados para o atendimento dos segmentos residencial e comercial nos

bairros Fátima, Meireles, Praia de Iracema, Papicu, Varjota, Dionísio Torres e Aldeota, dentre outros. Vale mencionar que essa expansão de rede permitiu à Companhia agregar 2.481 novos usuários a sua carteira;

ii) a construção do ramal de ligação em aço de 6 polegadas para atendimento ao cliente Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP);

iii) projeto pioneiro no Brasil de construção do gasoduto de 23 km, em poliamida, que interligou o Aterro Sanitário de Caucaia ao cliente CERBRAS;

iv) instalação de 4 válvulas de bloqueio em pontos estratégicos do gasoduto de aço carbono, para possibilitar intervenções programadas e em casos de emergência na rede, minimizando o impacto junto aos usuários v) elaboração de projetos para expansão 23,6 km da malha de distribuição para atendimento ao segmento residencial nos bairros Cidade Jardim e Dionísio Torres, aos clientes do segmento comercial localizados no centro de Fortaleza e no segmento industrial nos Polos dos municípios de Pacajus e Eusébio;

vi) continuação do projeto de implantação do sistema de telemetria e automação dos conjuntos de regulação e medição instalados nos maiores usuários, o que deverá proporcionar à Cegás o gerenciamento em tempo real da sua rede de distribuição de gás natural, além da melhoria da qualidade dos serviços prestados aos seus usuários;

vii) conversão de 11 veículos da frota da Cegás para o gás natural;

viii) aquisições de sistema de segurança, catracas e outros equipamentos para a nova sede da Companhia.

Com relação aos seus processos de gestão, destaca-se:

i) a atualização do sistema ERP e customização do módulo de gestão patrimonial para atender as novas práticas de governança da Companhia; desenvolvimento e implantação de um sistema responsável pela migração dos dados referente a volumes consumidos obtidos através do processo de coleta eletrônica de dados;

ii) o desenvolvimento do novo controlador da rede domínio da Cegás e servidor de arquivos com o propósito de melhorar a administração da rede de informática no que se refere a acessos e permissões, aumentando a capacidade de armazenamento de informações;

iii) a aquisição de um sistema de PABX para modernização do serviço de call center;

iv) a aquisição de um medidor ultrassônico e de um cromatógrafo para a obra de Gás Natural Renovável, de forma a monitorar a qualidade do produto e a confiabilidade do processo. Salienta-se que todos os investimentos realizados em 2017 foram pagos com recursos próprios da Companhia, e que o passivo evidenciado nas Demonstrações Financeiras para subsidiar as obras de infraestrutura foi constituído entre 2014 e 2016, através de um financiamento com o Banco do Nordeste no valor de R\$ 44.081.123,29, com prazo de pagamento até 20 de agosto de 2024.

Custeio

Todas as atividades desenvolvidas pela Companhia são custeadas integralmente pela geração de caixa operacional da empresa, não existindo nenhuma forma de repasse de verba pública.

Para o custeio das atividades de operação e manutenção da rede de distribuição de gás natural, foi gasta a quantia de R\$ 11,5 milhões, enquanto que para o funcionamento da máquina administrativa da Companhia foi desembolsado o montante de R\$ 15,5 milhões, a título de despesas gerais, ações comerciais e de marketing, pagamento de pessoal, seguros, serviços prestados e outras rubricas.

Dentre as principais ações implementadas pela Companhia destacamos:

i) projeto de renovação do Centro Operacional;

ii) implantação do processo de eliminação de emissão de notas fiscais em papeis;

iii) criação de padrão de etiquetas patrimoniais, através de documento normativo, para estações, medidores, e caixas de válvulas integrantes da rede de distribuição de gás natural;

iv) realização de otimização do Sistema de Georreferenciamento para as necessidades operacionais, voltados às situações emergenciais e tendo como piloto as regiões I e II dos bairros de Fátima, na região central de Fortaleza;

v) implementação de plano de inspeção em 219 válvulas da rede de distribuição, conforme padrão normativo para confiabilidade;

vi) implantação de um novo plano de manutenção de estações, com realização de treinamentos e instrução de trabalho para execução em 20 estações, aumentando a confiabilidade das estações e reduzindo o tempo de desabastecimento;

vii) comissionamento da CSP com a utilização de nova tecnologia de telemetria incorporada para faturamento;

viii) comissionamento do sistema de Gás Natural Renovável (GNR);

ix) contratação de 22 novos colaboradores.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

A Cegás vem buscando ajustar a sua atividade produtiva ao desenvolvimento sustentável da sociedade cearense, seja através do cumprimento efetivo das exigências legais para a obtenção das Licenças Ambientais, seja por meio de medidas como a promoção da Semana do Meio Ambiente, da Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho ou, ainda, de palestras ligadas à área de Segurança, Qualidade, Meio Ambiente e Saúde.

Gás Natural Renovável

Alinhada às estratégias de desenvolvimento sustentável e preservação do meio ambiente, a Companhia implementou um projeto inovador e pioneiro no Brasil. Foi construído um gasoduto de poliamida de 23 km, interligando o Aterro Sanitário de Caucaia a Rede de Distribuição da Cegás, para atendimento ao cliente CERBRAS. Esta ação faz parte de um plano estratégico da Cegás de sustentabilidade, que iniciou com o contrato firmado para aquisição de 70.000 m³/dia de Gás Natural Renovável – GNR. Gerado a partir da purificação do biogás extraído do Aterro Sanitário Metropolitano Oeste – ASMOC, situado no Município de Caucaia-CE, o GNR tem como vantagem o aproveitamento do biogás do lixo, a redução significativa da quantidade emitida de dióxido de carbono (CO2) e de metano (CH4), gases intensificadores do efeito estufa.

O início do fornecimento desse novo energético ocorreu em dezembro, atendendo prioritariamente ao usuário CERBRAS, mas a Companhia já estuda a injeção desse gás na rede de distribuição de modo a atender à demanda de futuros usuários.

Capital Humano

Parte fundamental para o desenvolvimento da Companhia, o quadro de profissionais da Cegás é formado por 97 colaboradores, sendo 60 pessoas do quadro de empregados concursados. Além disso, a Companhia conta com empresas contratadas mediante processo licitatório que prestam serviços em atividades como leitura de medidores, manutenção, vigilância e zeladoria, armazenagem e movimentação e materiais, entre outros.

A Gestão da Companhia continua dedicando especial atenção ao Capital Humano, seja em relação ao seu desenvolvimento com ações de capacitação, seja na oferta de melhores condições de qualidade de vida ou, ainda, na oferta de um pacote de remuneração (salários + benefícios) compatível com o mercado.

Nessa linha, os principais marcos de 2017 foram os seguintes:

i) negociação do Acordo Coletivo bianual, com mudança da data base para o mês de abril;

Quadro de Colaboradores

Diretores	3
Comissionados	18
Concursados	60
Cedidos	0
Estagiários	14
Jovem Aprendiz	2
Total	97

- ii) investimento no montante aproximado de R\$ 140,4 o de seu corpo funcional, mantendo o permanente processo de desenvolvimento do corpo gerencial da Companhia;
- iii) realização do Concurso Público, com a convocação de 22 concursados.

Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde

O programa de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde – QSMS começou a ser implantado na Cegás em 2016 e é considerado um marco na trajetória da empresa. Trata-se de um programa que visa a reorganização dos processos internos da Companhia e atendimento às normas implementadas pela Organização Internacional de Normalização, NBR ISO 9001, que trata da qualidade dos produtos, ISO 14001 com foco na gestão ambiental, e ISO 45001, voltada para segurança e saúde no trabalho.

Alguns documentos relevantes para o sistema já foram implementados, como: a Política de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde; o Plano de Atendimento de Emergência (PAE); a gestão de Comunicação, Registro, Investigação e Análise de Anomalias de Segurança, Meio Ambiente e Saúde; Levantamento de aspectos e impactos ambientais (LAIA) e o Levantamento de riscos operacionais (LRO). Para manter o ambiente de trabalho sempre seguro e saudável, a Cegás investe na adoção das melhores práticas de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS). São ações de rotina da Companhia:

- i) a manutenção do relacionamento com as comunidades afetadas pelas intervenções da Cegás, tendo sido neste ano distribuído informativos sobre os benefícios e segurança da obra do Gás Natural Renovável ao entorno da comunidade do Toco no município de Caucaia;
- ii) a realização dos Diálogos Semanais de Segurança, Meio ambiente e Saúde (DSSMS);
- iii) a participação no Plano de Auxílio Mútuo (PAM) do Polo Industrial do Mucuripe e Plano de Atendimento de Emergência;
- iv) campanhas de vacinação, acompanhamento individual da saúde aferindo pressão arterial e cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC) e de prevenção;
- v) palestras e publicação sobre a Saúde do Trabalhador, Campanha de Prevenção de Acidentes; direção defensiva e percepção de risco;
- vi) treinamento sobre o Plano de Atendimento de Emergência da Rede de Distribuição de Gás Natural;
- vii) seminários sobre Segurança nas Instalações de Gás Natural para os funcionários dos postos de gás natural;
- viii) seminários para agentes públicos sobre interferências de terceiros em vias públicas.

Ações de Responsabilidade Social, Marketing e Comunicação

O principal desafio de comunicação da Cegás é ampliar o seu conhecimento junto à sociedade cearense, afirmando uma imagem em consonância com sua missão e focada na atração de novos negócios e clientes. Para isso, a Cegás elaborou em 2017 seu Plano Anual de Marketing, definindo estratégias, eixos temáticos, e uma carteira de ações.

Além disso, foi criado o Programa Cegás de Responsabilidade Social com o objetivo de democratizar o acesso aos recursos disponíveis para o patrocínio de ações nas áreas da cultura, educação, esportes, meio ambiente e saúde. Por meio de seleção pública, foram escolhidos 12 projetos, nos quais foram investidos R\$ 520 mil. A Companhia também iniciou os trabalhos de desenvolvimento do novo site e realizou estudo para a instalação do Espaço Cegás de Cultura na nova sede da empresa, prevista para 2018.

No âmbito da melhoria da governança corporativa, foram desenvolvidos as normas e os procedimentos para a comunicação interna e externa da empresa, elaborado projeto de implantação da nova marca da Cegás e de um novo manual do consumidor.

No quesito de ações comerciais, a Companhia participou de reuniões com a Câmara dos Dirigentes Lojistas em Beberibe, com as empresas filiadas ao Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria do Ceará (Sindpan) e com a Câmara Setorial do Comércio e Serviços.

Por sua vez, no segmento automotivo, a Cegás participou de comitês de GNV, organizados pela ABEGÁS, e de encontros com as oficinas convertedoras de GNV, além de reuniões com os representantes de postos com interesse em aderir ao gás natural.

No segmento industrial, foram realizadas reuniões com os representantes de diferentes indústrias, além de reuniões na Agência do Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE) referentes a polos industriais que podem ser atendidos com gás natural.

Distribuição da Riqueza Gerada

A riqueza gerada pela Companhia tem o potencial para mudar e melhorar o ambiente social. Agrega valor ao Estado através do recolhimento de tributos; aos trabalhadores com o pagamento de salários; aos investidores, acionistas e sócios com a distribuição dos lucros; e aos financiadores com o pagamento dos juros; ao ambiente com a manutenção dos elementos essenciais à vida e a si mesma, garantindo a sua continuidade.

Em 2017, a riqueza gerada pela empresa alcançou o patamar de R\$ 115,0 milhões, sendo distribuída da seguinte forma: R\$ 9,4 milhões com o pagamento de salários e benefícios; R\$ 24,4 milhões com recolhimento de tributos, R\$ 19,6 milhões com remuneração do capital de terceiros, e R\$ 61,6 milhões com remuneração do capital próprio.

Outras contribuições também foram percebidas pela comunidade, como a ampliação da malha de distribuição, que possibilitou o acesso de mais pessoas a utilização do gás natural.

A distribuição da riqueza gerada pela Cegás entre os diversos segmentos da sociedade pode ser observada no quadro ao abaixo:

Valores em milhões				
Descrição	2017	%	2016	%
Colaboradores	9,4	8,1	8,1	5,7
Governo	24,4	21,2	23,1	16,5
Cap. de Terceiros	19,6	17,1	47,3	33,8
Acionista	61,6	53,6	61,5	44,0
Total	115,0	100,0	140,0	100,0

ANÁLISE DA REALIZAÇÃO DAS METAS DE 2017

O Conselho de Administração aprovou as Metas Corporativas de 2017 aplicáveis aos Diretores e aos Empregados da Companhia, as quais estão alinhadas com a política de remuneração variável aprovada pelos Acionistas. Sua premissa básica é o reconhecimento da contribuição dos Diretores e Empregados aos resultados

da Companhia, feito através do pagamento anual de participação nos resultados, estes medidos em função do nível do cumprimento das metas.

Além das Metas Corporativas, existe a definição de Metas Setoriais a serem cumpridas pelas diversas áreas da organização, as quais são elaboradas de forma a contribuir para a realização das metas corporativas definidas pelo Conselho de Administração, e cuja competência de aprovação, segundo os normativos internos, é da Diretoria Executiva.

As principais metas estabelecidas, juntamente com os respectivos comentários acerca das suas respectivas realizações, estão detalhadas a seguir.

Infraestrutura e Investimentos

A Cegás previu investir no ano de 2017 o montante de R\$ 30,5 milhões na expansão de 31,9 km da sua rede de distribuição.

Dentre os principais projetos planejados, estava a finalização da construção de um gasoduto de cerca de 23 km, em Poliamida PA12, interligando o Aterro Sanitário Metropolitano Oeste – ASMOC, situado no Município de Caucaia-CE, à rede de distribuição de gás natural da Cegás em Fortaleza.

Além disso, o planejamento traçado contemplou a manutenção da estratégia de expansão da rede de distribuição visando a ampliação do atendimento aos segmentos comercial e residencial, com destaque para os bairros Meireles, Varjota e Papicu.

Para esta meta, a realização foi de apenas 61%, o que significa que foram investidos R\$ 18,7 milhões, justificando-se tal patamar de realização por entraves no desenvolvimento do processo licitatório para a contratação dos serviços de construção do gasoduto e economia nas contratações. Embora o valor investido tenha sido mais baixo do que o previsto, a expansão da rede foi de 29 km, apenas um pouco menor do que a prevista.

Clientes e Mercado

O volume de comercialização planejado para o ano de 2017 foi estimado em 1.904.463 m³/dia, considerando os segmentos térmico e não térmico, além da prestação de serviços de movimentação de gás natural a Autoprodutor, o que totalizava um volume anual projetado de comercialização de gás natural de 695.129.074 m³. Considerando apenas os segmentos não térmicos, a projeção de volume comercializado era de 492.767 m³/dia, correspondente a 179.860.084 m³/ano.

O volume diário realizado em 2017, incluindo os segmentos térmico e não térmico, foi de 1.587.152 m³/dia, foi 16,67% inferior ao volume diário orçado, justificado:

- i) pela parada programada ocorrida para manutenção do terminal de regaseificação, que ocasionou a paralisação do consumo térmico de setembro a dezembro;
- ii) por dificuldades de mercado que têm afetado o consumo de importantes usuários industriais da Cegás, ainda em decorrência da grave crise econômica que assolou o país desde 2015;
- iii) pelo início, em dezembro, do suprimento à Companhia Siderúrgica do Pecém, previsto originalmente para março;
- iv) pela indefinição, por parte da Agência Reguladora, da tarifa a ser praticada pela Cegás em relação aos serviços de movimentação de gás prestados à Térmica da Petrobras, o que fez com que não houvesse volume movimentado de gás natural em 2017.

Para o indicador de aumento do número de clientes, os projetos de ampliação da rede de distribuição geram expectativas de aumentar ainda mais a participação do gás natural no mercado.

Em 2017 a Cegás planejava conquistar cerca de 2.290 novos clientes, especialmente nos segmentos residencial e comercial nos bairros Meireles, Varjota e Papicu, sendo que o resultado alcançado superou todas as expectativas, já que a Companhia fechou o ano com 2.440 novos clientes conquistados.

Rentabilidade

Foi prevista para o exercício de 2017 uma Margem de Contribuição de R\$ 101,5 milhões, correspondente a 20,6% da Receita Líquida orçada. O EBTIDA foi estimado em R\$ 71,8 milhões e o Lucro Líquido orçado foi R\$ 56,5 milhões.

A margem realizada pela Cegás foi de R\$ 96,2 milhões, 5,3% inferior ao valor orçado, cuja principal justificativa é a redução das vendas em decorrência da parada programada para manutenção do terminal de regaseificação, ocorrida a partir de decisão da Petrobras, o que suspendeu o consumo da Térmica durante o segundo semestre de 2017.

O EBTIDA atingiu R\$ 75,4 milhões e o Lucro Líquido foi de R\$ 61,6 milhões, 4,9% e 9,0% respectivamente superior ao resultado orçado, os maiores da história da Cegás, fruto do esforço de captação de novos clientes, assim como à política da companhia de controle de custos e despesas durante a retomada da atividade econômica.

Sociedade

A Companhia, com a visão de responsabilidade social, estabeleceu como meta a implantação de normas e procedimentos na área de segurança, meio ambiente e saúde e fortalecer a imagem da companhia através da redefinição da identidade visual da companhia e reestruturação do seu site.

Para o atendimento desses objetivos a Companhia:

- i) criou um Programa de Responsabilidade Social e desenvolveu um manual de utilização da nova marca, que visa reposicionar a imagem da Cegás e o seu produto junto ao mercado;
- ii) continuou a implantação do programa de Qualidade Segurança, Meio Ambiente e Saúde – QSMS, voltado para reorganização dos seus processos internos e atendimento as normas implementadas pela Organização Internacional de Normalização, NBR ISO 9001, que trata da qualidade dos produtos, ISO 14001 com foco na gestão ambiental e ISO 45001, voltada para segurança e saúde no trabalho. Os dados acima demonstram os resultados do trabalho realizado ao longo de 2017, que foram alcançados de forma transparente, segura e eficiente, sempre com foco na melhoria da qualidade dos produtos e dos serviços ofertados à sociedade do Estado do Ceará.

PERSPECTIVAS E ESTRATÉGIAS PARA O FUTURO

Como foco na Visão de Futuro da Companhia para o ano de 2022, que é “Estar presente e ser reconhecida pela inovação e excelência dos serviços prestados no Estado do Ceará”, a Cegás continua em um ciclo com excelentes perspectivas para o seu desenvolvimento de forma sustentável, como se depreende das ações abaixo, algumas das quais que, inclusive, já são uma realidade:

- i) desenvolver novos sistemas de distribuição para atender ao mercado existente, além da interiorização do gás para mercados polos;
- ii) acelerar estratégia de ampliação do atendimento aos segmentos comercial e residencial, destacando-se o planejamento da expansão da rede da Cegás, visando o atendimento aos bairros Centro, Aldeota e Dionísio Torres;
- iii) manter estratégia de ampliação do atendimento ao segmento industrial com enfoque nos polos industriais dos municípios de Pacajus e Eusébio;

iv) manter as tarifas de gás natural em patamares de atratividade frente aos energéticos substitutos;

v) buscar sinergia com os principais projetos liderados pelo Governo do Estado;

vii) utilizar o Gás Natural Comprimido (GNC) para a interiorização do gás, onde o desenvolvimento da infraestrutura básica para o gás canalizado ainda não é viável, e analisar outras tecnologias que viabilizem a competitividade no transporte em longas distâncias;

viii) estudar, junto com seus acionistas, alternativas para garantir o suprimento do gás natural no Estado, desenvolvendo expertise em contratação e gestão de suprimento deste insumo, de modo a permitir que a Cegás esteja preparada para os possíveis novos cenários que se aproximam, inclusive com a perspectiva de entrada de novos agentes no mercado.

METAS PARA 2018

Para 2018, as principais metas e expectativas da Companhia são as seguintes:

Metas de Investimentos

- i) investimentos no montante de R\$ 14,3 milhões na expansão e saturação da rede de distribuição de gás nos bairros Centro, Aldeota e Dionísio Torres;
- ii) investimentos no montante de R\$ 9,1 milhões na aquisição de equipamentos para as Estações de Transferência de Custódia, Conjunto de Regulagem e Medição, tubulações, medidores ultrassônicos;
- iii) implementação da primeira fase do sistema de GGÁS, que corresponde ao cadastro de clientes e integração com o ERP utilizado pela Cegás, o qual deverá propiciar grande avanço da Companhia na gestão de seus contratos comerciais.

Metas Comerciais

- i) recuperação gradual do consumo de gás natural pelo segmento industrial, alcançando o patamar de comercialização de 323.647m³/dia de gás natural;
- ii) aumento do consumo de GNV, em função da sua competitividade frente à gasolina, com volume previsto de comercialização para 2018 de 190.092m³/dia de gás natural;
- iii) retomada do fornecimento de gás à Térmica;
- v) contratação e comissionamento de 5.000 unidades habitacionais, 100 estabelecimentos comerciais, 6 indústrias e 6 postos de gasolina;
- vi) extensão, para 3 novos municípios, do fornecimento de gás natural na modalidade GNC.

Metas Operacionais

- i) construção de 21,8 km de rede de distribuição de gás, com destaque para o bairro Dionísio Torres, Revitalização da Avenida Beira Mar e Polo Industrial do Eusébio;
- ii) desenvolvimento de 31,2 km de projetos nas áreas do Centro, Condomínio Industrial de Pacajus, Fátima, Cambeba e Messejana;
- iii) modernização das Estações de Transferência de Custódia de Fortaleza, Pecém e Caucaia;
- iv) execução do projeto e contratação da construção da Estação de Transferência de Custódia José de Alencar;
- iv) modernização do Centro de Controle Operacional (CCO);
- v) garantia da confiabilidade dos sistemas de medição de gás natural.

Metas Regulatórias

- i) revisão, pela Agência Reguladora Estadual ou pelo Governo do Estado do Ceará, da margem a ser praticada pela Cegás em relação aos serviços de movimentação de gás a serem prestados à Térmica da Petrobras;
- ii) desenvolvimento de expertise regulatório da equipe, entendendo a importância deste assunto para o desenvolvimento dos negócios da Companhia no futuro.

Estratégias e Metas de Governança

- i) reestruturação da Companhia criando as áreas de gestão de risco e conformidade, auditoria interna e um comitê de auditoria estatutária de forma a seguir os preceitos legais trazidos pela Lei nº13.303/2016;
- ii) contratação de consultoria especializada para revisão do Plano de Emprego Carreira e Salários, bem como desenvolvimento de uma nova metodologia para a avaliação de desempenho dos colaboradores;
- iii) adequação do sistema ERP a nova política de gestão patrimonial.

AGRADECIMENTOS

Na conclusão deste relatório, a diretoria da Cegás expressa sua gratidão aos nossos Acionistas, pela confiança depositada em suas ações; aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal; aos nossos clientes/usuários – motivo maior do nosso sucesso; aos nossos parceiros comerciais; aos fornecedores que prestaram os seus relevantes serviços a esta Companhia na realização dos seus investimentos e àqueles que nos levaram aos bons resultados acima relatados, que são os nossos dedicados colaboradores.

Por último, gostaríamos de agradecer aos Órgãos e Entidades da Administração Federal, Estadual e Municipal que, de alguma forma, contribuíram positivamente para o bom desempenho da Companhia durante o ano de 2017.

Conselho de Administração	Função	Mandado Anterior	Mandado Atual
Lucio Ferreira Gomes	Efetivo/Presidente	23/02/17 à 19/06/17	19/06/17 à 05/05/20
Renato Walter Rolim Ribeiro	Suplente	29/01/15 à 19/06/17	19/06/17 à 05/05/20
Arnaldo de Mello Pinho	Efetivo	06/05/14 à 19/06/17	19/06/17 à 05/05/20
Luciana Mendes Lobo	Suplente	06/05/14 à 19/06/17	19/06/17 à 05/05/20
Alexandre Lacerda Landim	Conselheiro	19/05/15 à 01/03/17	-
Maria Izolda Cela de Arruda Coelho	Efetivo	06/04/17 à 18/06/17	19/06/17 à 05/05/20
Sabrine Gondim Lima	Suplente	19/05/15 à 19/06/17	-
Fernando Antônio Costa de Oliveira	Suplente	-	19/06/17 à 05/05/20
Ricardo Antônio Cavalcanti Araújo	Efetivo/Vice-Pres	26/12/14 à 05/05/17	06/05/17 à 05/05/20
Rogério Soares Leite	Suplente	26/12/14 à 22/02/17	-
Raimundo Barreto Bastos	Suplente	23/02/17 à 05/05/17	06/05/17 à 05/05/20
Ubirajara Rayol Filho	Efetivo	30/11/15 à 05/05/17	-
Domingos José de Oliveira	Efetivo/Vice-Pres	-	06/05/17 à 05/05/20
Carlos Eduardo Duff da Motta Pereira	Suplente	30/11/15 à 19/06/17	-
Marcelo Augusto Viana Sant'Ana	Suplente	-	19/06/20 à 05/05/20

Diretoria Executiva	Função	Mandado Anterior	Mandado Atual
Antônio Elbano Cambraia	Presidente	11/11/14 à 31/03/17	-
Hugo Santana de Figueiredo Junior	Presidente	01/06/17 à 11/11/17	12/11/17 à 11/11/20
Aloisio Nunes de Arruda	Técnico e Comercial	11/11/14 à 15/02/17	-
Fabricao Bontempo de Oliveira	Técnico e Comercial	16/02/17 à 11/11/17	12/11/17 à 11/11/20
Lauro Daniel Beisl Perdliz	Adm. e Financeiro	26/12/14 à 15/03/17	-
Fábio Augusto Norcio	Adm. e Financeiro	16/03/17 à 11/11/17	16/03/17 à 11/11/20

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL			
A T I V O S	Nota Explicativa	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	Nota 4	111.247.895	104.566.158
Aplicações Financeiras	Nota 5	4.402.295	4.004.800
Contas a receber de clientes	Nota 6	40.947.651	52.276.115
Contas a receber de parte relacionadas	Nota 7	2.980.201	-
Estoques	Nota 8	454.272	526.424
Tributos a recuperar	Nota 9	269.026	433.595
Créditos nas operações de aquisição de gás	Nota 10	7.281.494	434.868
Despesas antecipadas	Nota 13	231.625	218.565
Outros ativos		93.144	80.972
Total dos ativos circulantes		167.907.603	162.541.497
NÃO CIRCULANTES			
Aplicações Financeiras	Nota 12	3.574.662	3.255.728
Contas a receber de clientes	Nota 6	9.395.798	-
Contas a receber de parte relacionadas	Nota 7	13.516.185	-
Tributos diferidos	Nota 9	13.091.363	12.000.003
Depósitos Judiciais	Nota 11	39.027.464	35.819.582
Créditos nas operações de aquisição de gás	Nota 10	22.988.389	20.095.595
Outros Ativos	Nota 14	4.523.566	-
Investimentos		13.961	13.961
Intangível	Nota 15	121.924.371	115.959.986
Total dos ativos não circulantes		228.055.759	187.144.855
TOTAL DOS ATIVOS		395.963.362	349.686.352

P A S S I V O S	Nota Explicativa	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTES			
Fornecedores	Notas 16	47.042.841	39.024.720
Empréstimos e financiamentos	Notas 17 e 32	15.260.716	12.134.461
Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar		2.953.830	1.818.801
Imposto de renda e contribuição social a pagar		536.955	617.074
Contas a pagar a parte relacionadas	Nota 30	40.213	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	Nota 16 e 30	5.657.913	5.351.372
Participações no Resultado a Pagar	Nota 19	1.101.761	983.271
Débitos nas operações de venda de gás	Nota 20	12.051.787	26.143.433
Outros passivos	Nota 22	1.306.749	256.544
Total dos passivos circulantes		85.952.765	86.329.676
NÃO CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	Nota 17	41.320.598	43.714.566
Débitos nas operações de venda de gás	Nota 18 e 32	49.167.463	17.684.435
Provisão para contingências	Nota 21	38.996.581	35.634.657
Outros passivos	Nota 22	212.260	172.084
Total dos passivos não circulantes		129.696.902	97.205.742
TOTAL DOS PASSIVOS		215.649.667	183.535.418
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	Nota 23	113.782.475	101.863.334
Reserva de Lucro	Nota 18 e 30	35.045.288	32.009.675
Dividendos Adicionais Propostos	Nota 18 e 32	31.485.932	32.277.925
Total do patrimônio líquido		180.313.695	166.150.934
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		395.963.362	349.686.352

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
(Expressos em reais um - R\$)			
	Nota Explicativa	2017	2016
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		61.636.759	61.541.261
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-
RESULTADO ABRANGENTE		-	-
TOTAL DO EXERCÍCIO		61.636.759	61.541.261

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Expressos em reais um - R\$)			
	2017	2016	
1- RECEITAS			
592.121.229	547.253.164		
1.1) Vendas de Produtos e Serviços	568.245.728	498.422.933	
1.2) Outras Receitas	23.892.756	48.951.374	
1.3) Provisão p/Créditos de Liquidação			
Duidosa – Reversão/(Constituição)	(17.255)	(121.143)	
2-INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)			
475.442.702	409.158.445		
2.1) Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	460.017.194	400.484.843	
2.2) Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros			
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	6.526.825	5.566.094	
2.3) Custo c/ Rede de Gasodutos	8.016.785	3.357.977	
2.4) Perdas de Gás	881.898	(250.469)	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Expressos em reais um - R\$)							
	NOTA EXPLICATIVA	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS LEGAL	INCENTIVOS FISCAIS	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL GERAL
SALDOS EM 31/DEZ./15		93.118.154	17.013.472	8.745.180	23.187.069	-	142.063.875
Dividendos adicionais aprovados					(23.187.069)		(23.187.069)
Aumento de Capital							
Com reservas de lucros		8.745.180		(8.745.180)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício						61.541.261	61.541.261
Destinação do Lucro Líquido do Exercício:		Nota 18			-	-	
Constituição de reserva legal			3.077.063			(3.077.063)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal				11.919.140		(11.919.140)	-
Dividendos mínimos obrigatórios						(5.351.372)	(5.351.372)
Dividendos adicionais propostos					32.277.925	(32.277.925)	-
Juros sobre o capital próprio						(8.915.761)	(8.915.761)
SALDOS EM 31/DEZ./16		101.863.334	20.090.535	11.919.140	32.277.925	-	166.150.934
Dividendos adicionais aprovados					(32.277.925)		(32.277.925)
Aumento de Capital							
Com reservas de lucros		11.919.141		(11.919.141)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício						61.636.759	61.636.759
Destinação do Lucro Líquido do Exercício:		Nota 18				-	-
Constituição de reserva legal			2.665.960			(2.665.960)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal				12.288.794		(12.288.794)	-
Dividendos mínimos obrigatórios						(5.657.913)	(5.657.913)
Dividendos adicionais propostos					31.485.932	(31.485.932)	-
Juros sobre o capital próprio						(9.538.160)	(9.538.160)
SALDOS EM 31/DEZ./17		113.782.475	22.756.495	12.288.793	31.485.932	-	180.313.695

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Expressos em reais um - R\$)			
	Nota Explicativa	2017	2016
RECEITA LÍQUIDA - VENDA DE GÁS E SERVIÇOS			
Nota 24	441.070.055	389.797.607	
CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS			
Nota 25	(366.799.601)	(317.582.955)	
LUCRO BRUTO		74.270.454	72.214.652
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
		(10.862.724)	(11.113.383)
Despesas Gerais e Administrativas	Nota 26	(21.181.986)	(14.573.991)
Despesas Tributárias	Nota 26	-	(3.071.550)
Outras Receitas/Despesas Operacionais Líquidas	Nota 27	10.319.262	6.532.158
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		63.407.730	61.101.269
RESULTADO FINANCEIRO	Nota 28	6.223.363	9.876.826
Receitas Financeiras		11.128.226	13.605.429
Despesas Financeiras		(4.904.863)	(3.728.603)
LUCRO ANTES DO IR E DA CSLL		69.631.093	70.978.095
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	Nota 29	(20.905.118)	(21.444.994)
Correntes		(21.996.478)	(22.330.308)
Diferidos		1.091.360	885.314
INCENTIVO FISCAL DE REDUÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA			
		12.910.784	12.008.160
Incentivo Fiscal Sudene	Nota 30	12.288.794	11.919.140
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT		101.990	89.020
Programas de Incentivo a Cultural/Audiovisuais/Desportivas		410.000	-
Doações ao FDCA e Fundo Incentivo ao Idoso		110.000	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		61.636.759	61.541.261
LUCRO POR AÇÃO	Nota 31	1,56	1,56

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)			
(Expressos em reais um - R\$)			
	2017	2016	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Antes do IRPJ e CSLL	69.631.093	70.978.095	
Ajustes para reconciliar o Lucro Líquido do Exercício			
Líquido obtido nas Atividades Operacionais:			
Baixa de intangíveis por sinistros	25.340	74.792	
(Ganho) Perda na alienação de imobilizado/intangível		(35.650)	
Transferências para manutenção do Intangível	7.134	(110.009)	

3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	116.678.527	138.094.719
4 – DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	12.744.386	11.675.281
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	12.744.386	11.675.281
5 –VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA (3-4)	103.934.141	126.419.438
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	11.128.226	13.605.429
6.1) Receitas Financeiras	11.128.226	13.605.429
6.2) Outras Receitas	-	-
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	115.062.367	140.024.867

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

Depreciações e amortizações	12.744.386	11.675.281
Líquido Ajustado	82.407.953	82.582.509
(Aumento) redução nos ativos operacionais	(29.331.646)	5.363.077
(Aumento) redução de contas a receber de clientes e outras	(14.563.720)	20.573.831
Estoques	72.152	7.958
Impostos a recuperar	164.569	82.807
Creditos nas operações de venda e aq. Gas	(9.739.420)	(11.102.400)
Aplicações Financeiras	(716.429)	(4.202.921)
Despesas Antecipadas	(13.060)	(993)
(Aumento) redução de outros ativos	(4.535.738)	4.795
Redução/Aumento de Passivos	21.989.727	(12.529.929)
Fornecedores	8.018.121	(13.502.847)
Provisão trabalhista e encargos sociais a pagar	1.135.029	(150.383)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(9.165.813)	(10.102.892)
Participações no Resultado a Pagar	118.490	(31.207)
Adiantamentos de Clientes	17.391.382	8.712.344
Provisão para Contingências	3.361.924	2.603.884
Subvenções de Investimento a Apropriar	40.176	(35.000)
Outros Passivos	1.090.418	(23.808)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
75.066.034	75.415.657	
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de intangível	(18.741.245)	(23.379.998)
Baixa de intangível	-	35.650
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(18.741.245)	(23.344.348)	
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(37.629.297)	(27.520.092)
Juros capital próprio pagos	(9.538.160)	(8.915.761)
Depósitos Judiciais	(3.207.882)	(2.747.389)
Financiamentos	732.287	13.987.198
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(49.643.052)	(25.196.044)	
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
6.681.737	26.875.265	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	104.566.158	77.690.893
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	111.247.895	104.566.158

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	115.062.367	140.024.867
8.1) Pessoal	9.442.084	8.060.160
8.1.1 - Remuneração Direta	7.543.134	6.401.910
8.1.2 - Benefícios	1.491.893	1.333.472
8.1.3 - F.G.T.S	407.057	324.778
8.2) Impostos, Taxas e Contribuições	24.345.862	23.143.797
8.2.1 - Federais	22.054.741	21.691.545
8.2.2 - Estaduais	1.596.448	866.836
8.2.3 - Municipais	694.673	585.416
8.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	19.637.662	47.279.649
8.3.1 - Juros	4.904.863	3.728.602
8.3.2 - Aluguéis	1.175.742	1.252.508
8.3.3 - Outras	13.557.057	42.298.539
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	61.636.759	61.541.261
8.4.1 - Juros Sobre o Capital Próprio	9.538.160	8.915.761
8.4.2 - Dividendos	37.143.845	37.629.297
8.4.3 - Lucros Retidos	14.954.754	14.996.203

Notas explicativas às demonstrações financeiras levantadas em 2017 e 2016 (Valores Expressos em Reais- R\$, ou de forma quando indicado)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 18 de outubro de 1993, a Companhia de Gás do Ceará – Cegás é uma sociedade por ações de economia mista, autorizada a funcionar de acordo com a Lei Estadual nº 12.010 de 05 de outubro de 1992, tendo por objeto social promover a produção, aquisição, o armazenamento, a distribuição e a comercialização de gás combustível e a prestação de serviços correlatos no Estado do Ceará.

A Companhia é concessionária exclusiva pelo prazo de 50 anos dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado do Ceará, conforme contrato de concessão celebrado em 30 de dezembro de 1993.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as modificações introduzidas pela Lei nº 11.941/09 e pela Lei nº 11.638/07 que alteraram a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, regulamentadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As referidas legislações e normas contábeis estabelecem diversas alterações sobre a elaboração das demonstrações financeiras, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. As alterações introduzidas pelas legislações e normas mencionadas que impactaram nas demonstrações financeiras da Companhia estão abaixo relacionadas:

a) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC

Foram observadas as orientações da NBC TG 03 (R3) no que se refere à apresentação de informações acerca das alterações históricas de caixa e equivalentes de caixa de uma entidade por meio de demonstração que classifique os fluxos de caixa do exercício por atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras divulgadas ao final de cada período.

b) AJUSTE A VALOR PRESENTE (AVP)

Para o Ajuste a Valor Presente, foi aplicada a NBC TG 12, que estabelece os requisitos básicos a serem observados quando da aplicação do ajuste a valor presente na mensuração de ativos e passivos, decorrentes de operações de longo prazo e operações relevantes de curto prazo, no momento inicial em que tais ativos e passivos são reconhecidos, bem como nos balanços subsequentes. Não foram realizados ajustes a valor presente em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

c) CONTRATO DE CONCESSÃO

Foi observada a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), correspondente à ITG 01, que orienta as empresas Concessionárias de Serviços Públicos a registrarem o direito de exploração relacionado ao contrato de concessão em suas demonstrações financeiras quando da ocorrência da seguinte situação: o Poder Concedente controla ou regula-menta quais serviços o Concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço. Desta forma, a Companhia reconheceu como Intangível, em substituição ao Imobilizado relativo à construção de infraestrutura e aquisição de bens necessários para a prestação dos serviços de distribuição de gás, o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás.

A Companhia não contabiliza Receitas e Custo de Construção em virtude das orienta-ções dadas pelas interpretações técnicas da NBC TG 30 – Receitas e da NBC TG 17 – Contratos de Construção, bem como para adequar-se às disposições dadas no item (18.2) do contrato de concessão para exploração industrial, comercial, institucional e residencial dos serviços de gás canalizado firmado entre o Governo do Estado do Ceará e a Cegás, que determina que “finda a concessão por decurso de prazo estabelecido no item (1.1), todos os bens da concessionária, reverter-se-ão ao poder concedente, que indenizará os correspondentes aos investimentos realizados nos 10 (dez) anos anteriores ao término da concessão, atualizado monetariamente conforme os critérios especificados no caput dessa cláusula”.

Ressalte-se ainda que, no Contrato de Concessão, não há previsão legal para o exercí-cio da atividade de construção de infraestrutura remunerado diretamente pela adminis-tração pública. O que está amparado pelo contrato é a execução de uma obra realizada por conta e risco do concessionário, que permite a este a exploração de sua atividade fim de distribuição de gás, remunerada pelos beneficiários via tarifa, em decorrência da exploração dos serviços. Desta forma, a recuperação dos investimentos realizados na construção da infraestrutura já está contemplada na tarifa e registrada contabilmente em receita de distribuição de gás, obedecido os critérios de composição da tarifa, esta-belecidos no Anexo I do Contrato de Concessão.

Somente ao final do período da concessão, especificamente nos últimos 10 anos, quando não será mais possível a recuperação dos investimentos via tarifa, é que a concessionária registrará como ativo financeiro a ser indenizável pelo poder concedente, os valores de investimentos realizados na construção da infraestrutura e reconhecerá quando da efetiva quitação dessa indenização, a receita proveniente dessa construção.

d) ATIVOS INTANGÍVEIS

Para os Ativos Intangíveis, foi observada a NBC TG 04 (R3), a qual define o tratamento contábil a ser dado aos ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente por outros pronunciamentos. A Companhia apresenta, em seu ativo intangível, os valores referentes à construção de infraestrutura e aquisição de bens necessários para a pres-tação dos serviços de distribuição de gás.

e) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS (VRA) – (Impairment)

Para o VRA, foi observada a NBC TG 01 (R3), que define procedimentos visando asse-gurar que os ativos da sociedade não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a sociedade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provi-são para perdas, que pode ser revertida.

Através de estudos, foi demonstrado que o valor contábil líquido do grupo Intangível apresenta capacidade de recuperação, pois o valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, ou seja, seu valor em uso, é maior do que o seu valor contábil registrado.

O estudo que atestou a recuperabilidade dos ativos foi realizado tomando-se como base o ativo responsável pela geração de caixa, representado pelos bens necessários à prestação dos serviços de distribuição de gás, bens estes pertencentes ao Poder Concedente e registrados no grupo do Ativo Intangível.

O trabalho consistiu na elaboração de um fluxo de caixa projetado para período de dez anos, de 2018 a 2027. O período estimado no fluxo de caixa foi estabelecido em função da metodologia tarifária contida no Contrato de Concessão, que possibilita a inclusão na tarifa do gás, de uma parcela correspondente à remuneração dos investimentos realizados pela Concessão por um período de dez anos.

Na planilha do fluxo de caixa, foram considerados para o período de 2018 a 2022 os volumes de venda orçados no Plano Quinquenal da Companhia e, para o período de 2023 a 2027, foi projetado um crescimento médio de volumes de vendas na ordem de 3,6% para todos os segmentos de distribuição de gás atendidos pela Companhia. Com exceção do segmento térmico, que dada a sua peculiaridade de dependência do cenário energético, os volumes foram mantidos constantes até 2022 e, em 2023, último ano de vigência do contrato, foi estimado um crescimento de 3%.

Para os dados referentes aos custos variáveis, as despesas fixas e as tarifas de venda, foram utilizados os dados orçados no Plano Quinquenal da Companhia para o período de 2018 a 2022 e, para o período de 2023 a 2027, foram utilizados os valores orçados no ano de 2022 acrescidos da previsão de inflação média de 4,2% a.a.

Tomando como base as premissas estabelecidas acima, elaborou-se um fluxo de caix-a para um prazo de dez anos e apurou-se o seu valor presente como uma taxa de

desconto baseada na taxa SELIC que remunera o Custo de Oportunidade do Capital de 6,75% a.a. O resultado desse estudo demonstrou que não há a necessidade de medidas de atualização contábil dos ativos da Cegás.

f) SUBVENÇÕES E ASSISTÊNCIAS GOVERNAMENTAIS

Para as Subvenções e Assistências Governamentais foi observada a NBC TG 07 (R1), a qual define o procedimento a ser aplicado na contabilização e na divulgação de subven-ção governamental e na divulgação de outras formas de assistência governamental. Considerando o disposto na referida NBC TG, a companhia registrou, diretamente no resultado do exercício pelo regime de competência, os incentivos fiscais decorrentes de doações ou subvenções governamentais recebidas.

g) DIVULGAÇÕES SOBRE PARTES RELACIONADAS

Para as Partes Relacionadas, foi observada a NBC TG 05 (R3), a qual estabelece que as demonstrações financeiras da entidade contenham as divulgações necessárias para evidenciar a possibilidade de que sua posição financeira e seu resultado possam ter sido afetados pela existência de transações e saldos com partes relacionadas.

h) DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos da NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como informação financeira adicional e tem por finalidade evidenciar as riquezas criadas pela entidade e a forma como tais riquezas foram distribuídas em determinado período.

i) PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Foi observada a NBC TG 25 (R1), a qual reconhece uma provisão em função de um evento passado que gera uma obrigação possível, estimada de maneira confiável e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos fu-turos incertos não totalmente sob controle da entidade, sendo provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidá-la.

j) RECEITAS

A Companhia observou a NBC TG 30 que trata do reconhecimento da receita quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, sendo provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, que não há envolvimento contínuo com os bens vendidos, e que o valor da receita opera-cional pode ser mensurado de maneira confiável. A Receita Líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

k) TRIBUTOS S/ LUCRO

Além dos tributos normalmente incidentes sobre o lucro do período, foram reconhecidos no resultado os efeitos das diferenças temporárias entre o regime contábil da apropria-ção de receitas e despesas e o seu regime tributário, de acordo com a NBC TG 32 (R3).

l) MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcio-nal da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

m) NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2017. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- Modificações à IAS 7 (CPC 03) - Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento;
- Modificação à IAS 12 (CPC 32) - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas;

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2017:

- IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros (a);
- IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contratos com Clientes (a);
- IFRS 16 – Arrendamento mercantil (b);

(a) 1º de janeiro de 2018.

(b) 1º de janeiro de 2019.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRS anteri-ormente citadas, com data de adoção efetiva em 2019, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. A Companhia está ainda analisando os respec-tivos impactos em suas demonstrações financeiras.

NOTA 3. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltamos:

a) Caixa e equivalentes de caixa – Incluem caixa, depósitos bancários, aplicações fi-nanceiras de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses ativos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, dependendo do resultado obtido e de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras.

b) Aplicações Financeiras – Incluem aplicações financeiras de curto prazo de média liquidez, cujos vencimentos originais são superiores a três meses, sendo após este prazo de carência mantidas para negociação pela Companhia.

c) Contas a receber de clientes – São registradas no balanço pelo valor nominal os títulos representativos de créditos, sendo classificadas no ativo circulante.

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – É calculada por montantes con-siderados suficientes para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber. Para tanto, aplica-se os critérios definidos no art. 9º, § 1º da Lei nº 9.430/96, para ven-ci-dos até 07/10/2014, e no art. 2º, § 7º da MP 656/2014 convertida na Lei nº 13.097/2015, para vencidos a partir de 08/10/2014.

e) Demais ativos circulante e não circulante – São apresentados ao valor de realiza-ção, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

f) Intangível - É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumula-da equivalente. Em atendimento ao ICPC 01 (R1), o Intangível decorre do Contrato de Concessão, e o seu montante é constituído pelo somatório dos valores desembolsados para a construção da infraestrutura e aquisição de bens necessários à prestação dos serviços de distribuição de gás, conforme divulgado na nota explicativa nº 15. A taxa para a amortização do Intangível é estabelecida no Contrato de Concessão firmado com o Governo do Estado do Ceará, que estabelece o prazo de 10 anos, estando, portanto, o método da amortização fundamentado no item 98B da Revisão de Pronun-ciamentos Técnicos N.º.08/15 do Conselho Federal de Contabilidade, que estabelece a possibilidade da Companhia determinar sua taxa em decorrência de um fator limitante predominante que é inerente ao seu ativo intangível.

As amortizações dos itens que compõem o Intangível foram calculadas pelo método li-near, e taxas anuais descritas na nota explicativa nº 15. A administração revisa os ativos anualmente para verificação de indicativo de *impairment*, com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Esse último é o valor mais alto

entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor de uso. Na avaliação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto anterior a tributação que reflete uma avaliação de mercado corrente no tempo.

g) Os estoques de almoxarifado representam materiais e peças para alocação na ma-nutenção de sua rede de distribuição e equipamentos, refletindo o plano de negócios da Companhia para os exercícios seguintes. Estão avaliados pelo custo médio de aquisi-ção e não superam os preços de mercado.

h) Passivos circulantes e não circulantes – São apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos.

i) Receitas e despesas – São apropriadas ao resultado pelo regime de competência.

j) Provisão para imposto de renda – É constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, mais adicional de 10% sobre o lucro real, conforme legislação em vigor.

k) Provisão para contribuição social – É constituída à alíquota de 9% do lucro contábil ajustado, conforme legislação em vigor.

l) Juros sobre capital próprio – Em conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior, a Companhia contabilizou juros sobre capital pró-prio como despesa financeira. Para fins de apresentação das demonstrações financel-ras e em atendimento à Deliberação CVM nº 207/96, esses juros foram reclassificados de despesa financeira para lucros acumulados, não produzindo efeito no lucro líquido a não ser pelos impactos fiscais.

m) Uso de estimativas – A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados de suas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a provisão para crédito de liquidação duvidosa e a provisão para contingências. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua realiza-ção em períodos subsequentes, podem divergir das estimativas.

n) As provisões para passivos contingentes são constituídas com base em pareceres jurídicos que classificam as contingências com perspectiva de perda provável, assim como os depósitos relativos às contingências. Se classificadas como de perda possível, são evidenciadas em nota explicativa. Quando a possibilidade de perda é remota, não há tratamento nas Demonstrações Contábeis.

o) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento: A Companhia reconhece um ativo e um passivo financeiro inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ati-vos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros pas-sivos financeiros.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos flu-xos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebi-mento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalente de caixa e contas a receber.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores e empréstimos e financiamentos.

p) Avaliação da Recuperabilidade de Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades fi-nanceiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Até a data de aprovação das demonstrações financeiras não foram identificadas perdas por impairment, exceto àquelas registradas no contas a receber a título de provisão de créditos para liquidação duvidosa.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades da Companhia não absorvidas nas atividades operacionais ou de investimentos são mantidas em aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses e são prontamente conversí-veis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras têm diversos vencimentos, podendo ser resgatadas a qualquer tempo. Os valores aplicados estão acrescidos dos rendimentos até a data do encerramento dos períodos, conforme demonstrado:

DESCRIÇÃO	APLICAÇÃO	REMUNERAÇÃO	2017	2016
Caixa			1.000	1.000
Bancos			34.952	23.229
TOTAL DE CAIXA E BANCOS			35.952	24.229
Aplicações Financeiras				
Banco do Brasil	FUNDO BB	106,89% do CDI	20.477.570	-
Banco do Nordeste	CDB	99% a 100% CDI	69.667.332	2.688.439
Banco Safra	BOX-DI	102% do CDI	1.244.105	1.150.033
Caixa Econ. Federal	CDB e FUNDO CEF	99% a 101% do CDI	19.822.936	87.949.594
Bradesco	Debêntures	100,18% do CDI	-	12.753.863
TOTAL DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS			111.211.943	104.541.929
TOTAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			111.247.895	104.566.158
NOTA 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS				

Esta rubrica registra as aplicações financeiras de curto prazo cuja data de liquidez pac-

tuada entre a companhia e as instituições financeiras é superior a três meses e que, por orientação das Resoluções CFC nº 1.255/09, com as alterações dadas pela Resolução CFC nº 1.329/11 e 1.285/10, bem como pelas NBC TG Nº 38 (R3), NBC TG Nº 39 (R4) e NBC TG Nº 40 (R2), não devem ser classificadas como Caixa e Equivalente de Caixas. Abaixo demonstramos as aplicações desta natureza:

DESCRIÇÃO	APLICAÇÃO	REMUNERAÇÃO	2017	2016
Aplicações Financeiras				
Banco do Nordeste	CDB	100% do CDI	4.402.295	4.004.800
TOTAL DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS			4.402.295	4.004.800
As aplicações financeiras têm diversos vencimentos e os valores aplicados estão acrescidos dos rendimentos até a data do encerramento dos períodos.				

NOTA 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em 2017, a Companhia, seguindo as melhores práticas de governança, bem como a NBC TG Nº 05 (R3), segregou do contas a receber de clientes os montantes obtidos com partes relacionadas. Desta forma, os valores a receber da Petróleo Brasileiro S.A. e da Petrobrás Distribuidora S/A, empresas coligadas da Gaspetro S/A, foram transferidos para rubrica de Contas a Receber com Partes Relacionadas no circulante e não circulante.

A Companhia também realizou, através do seu departamento jurídico, uma análise dos valores objeto de ações de cobrança judicial e reclassificou para o Não-Circulante os montantes cujas as expectativas de recebimentos ultrapassa o exercício social.

DESCRIÇÃO – CIRCULANTE	2017	2016
Contas a Receber Clientes	40.947.651	52.276.115
Contas a Receber com Partes Relacionadas	2.980.201	-
DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE		
Contas a Receber Clientes	9.395.798	-
Contas a Receber com Partes Relacionadas	13.516.185	-
Assim, o Contas a Receber de clientes no Circulante e Não Circulante ficou evidenciado, conforme abaixo:		
DESCRIÇÃO – CIRCULANTE	2017	2016
Central Geradora Termelétrica de Fortaleza	26.674.189	17.247.742
Petrobras Distribuidora S/A (Parte Relacionada)	-	15.827.563
Shell Brasil Ltda	-	8.535.114
Companhia Siderúrgica do Pecém	1.587.980	-
Cerbras Cerâmica Brasileira Ltda	1.476.902	1.059.266
Santana Têxtil S/A	-	856.942
AMBEV S/A	1.423.554	798.284
M Dias Branco S/A	579.152	759.327
Caulpe Geradora de Energia S/A	-	558.465
Cervejaria Kaiser do Brasil S/A	381.605	-
Coml. Super de Deriv. de Petróleo Ltda	352.058	-
Universeo Petróleo Ltda	302.899	-
L&S Comercio de Combustíveis Ltda	215.617	519.113
VM Revendedora de Petróleo Ltda	297.804	-
Posto Shopping Mangue Ltda	263.002	-
M S Petróleo Ltda	260.938	-
Sobral Palácio Petróleo Ltda	247.408	-
Filati Indústria de Malhas S/A	240.180	-
Montese Coml. de Combustíveis Ltda	232.593	-
Nordeste Com de Alum & Petróleo Ltda	230.660	-
Posto Sim Ltda	230.377	-
Posto Predileto Coml. Petróleo Ltda	212.310	-
Posto Santa Izabel Ltda	208.043	-
Hma Coml. de Combust Ltda	199.575	-
Lua Petróleo Ltda	189.737	-
Posto Umarituba Ltda	189.051	-
Chac Comercial de Combustíveis Ltda	188.798	-
Arnoldo Azevedo Silveira	176.200	-
Raizen Combustível S/A	170.421	-
Siderúrgica Latino Americana S/A	161.856	523.399
Metalgráfica Cearense S/A -Mecesa	157.511	-
Leste Oeste Petróleo Ltda	148.986	-
Outros	4.000.118	7.330.502

Subtotal	40.999.524	54.015.717
(-) Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(51.873)	(1.739.602)
TOTAL	40.947.651	52.276.115
DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE		
Shell Brasil Ltda	8.533.634	-
Santana Têxtil S/A	852.197	-
Caulpe Geradora de Energia S/A	558.465	-
Outros	1.156.485	-
Subtotal	11.100.782	-
(-) Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.704.984)	-
TOTAL	9.395.798	-

O risco de crédito das contas a receber advém de a possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise da situação patrimonial e financeira de seus clientes, e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. O prazo médio de recebimento das vendas é de 26 (vinte e seis) dias.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise das duplicatas e valores a receber de clientes, em montante julgado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização, segundo critérios definidos pela administração, como: valores em atraso superiores a 180 (cento e oitenta) dias, excluindo-se as antecipações contratuais restituíveis lançadas como adiantamentos de clientes.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as contas a receber por data de vencimento estavam assim representadas:

DESCRIÇÃO	2017	2016
A vencer	38.640.934	28.336.535
Vencidas em até 30 dias	2.181.391	1.161.778
Vencidas entre 31 e 365 dias	177.199	50.993
Vencidas há mais de 365 dias	11.100.782	24.466.411
TOTAIS	52.100.306	54.015.717

NOTA 7. CONTAS A RECEBER DE PARTES RELACIONADAS

Em 2017, como já evidenciado na Nota 6, a Companhia segregou das contas a receber no Ativo Circulante os valores referentes a transações com partes relacionadas, bem como transferiu para o longo prazo os montantes objeto de ações de cobrança judicial, com expectativas de recebimento que ultrapassam o exercício social.

Na tabela abaixo, destacamos a composição do contas a receber com partes relacionadas:

DESCRIÇÃO – CIRCULANTE	2017	2016
Petrobras Distribuidora S.A. (i)	1.431.894	15.827.563
Petróleo Brasileiro S.A. (LUBNOR) (ii)	280.357	-
Petróleo Brasileiro S.A. (iii)	1.267.950	-
TOTAL	2.980.201	15.827.563

DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE	2017	2016
Petrobras Distribuidora S.A.	13.516.185	-
TOTAL	13.516.185	-

O valor registrado nestas rubricas refere-se a:

i) o montante de R\$ 1.431.894 refere-se a notas emitidas em dezembro para a Petrobras Distribuidora, decorrente de vendas de Gás Natural Veicular aos postos de com-

bustíveis BR.
ii) a quantia R\$ 280.357 refere-se a nota emitida em dezembro decorrente de prestação de serviço de movimentação de gás, com a empresa Lubnor S/A, subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A.

iii) o valor de R\$ 1.267.950 a receber da Petróleo Brasileiro S.A. decorre de notas de débito emitidas pela Cegás, referente à cobrança de margem de comercialização gerada em função da aplicação de cláusula contratual, que trata de penalidades aplicadas por falha de fornecimento da Petrobras junto à Cegás, e com esta junto à Central Geradora Termelétrica Fortaleza – CGTF.

A possibilidade de aplicação de penalidade por falha de fornecimento de gás está prevista na Cláusula 9.8.2 do Contrato de compra e venda de gás natural assinado em 16 de setembro de 2002, entre a Companhia e a CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza, com a intervenção da Petrobras, com a finalidade de compra pela CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza e venda pela Companhia da quantidade 1.550.000 m³ diária (média diária anual).

Desta forma, em dezembro de 2017, a Petrobras não conseguiu fornecer gás à Companhia que, consequentemente, não forneceu a quantidade de gás solicitada pela CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza. Essas falhas de fornecimento geraram uma cobrança da CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza para a Companhia na ordem de R\$ 71.199.345, conforme notas de débitos abaixo relacionadas:

DESCRIÇÃO	Nº NOTA DE DÉBITO	VALOR R\$
Nota de Débito emitida pela CGTF	ND-010-17-R	68.813.801
Nota de Débito emitida pela CGTF	ND-001-18-R	2.385.544
TOTAL		71.199.345

Em contrapartida, a Companhia emitiu as seguintes notas de débitos contra à Petrobras, no valor total de R\$ 72.873.948.

DESCRIÇÃO	Nº NOTA DE DÉBITO	VALOR R\$
Nota de Débito emitida pela Cegás	ND 2370	47.962.153
Nota de Débito emitida pela Cegás	ND 2374	20.851.648
Nota de Débito emitida pela Cegás	ND 2382	2.385.544
Nota de Débito emitida pela Cegás	ND 2371	1.110.331
Nota de Débito emitida pela Cegás	ND 2375	406.653
Nota de Débito emitida pela Cegás	ND 2383	157.619
TOTAL		72.873.948

A Petrobras reconheceu a devida aplicação da penalidade apenas para as notas de débito ND 2374, 2375, 2382, e 2383, que totalizaram R\$ 23.801.464. Para a notas de débito ND 2370 e ND 2371 a Petrobras enviou carta à Companhia discordando dos valores cobrados e alegando a ocorrência de força maior, com base nos itens 9.8.2 do contrato supracitado.

As diferenças entre os valores cobrados pela CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza e os valores apurados e não reconhecidos pela Petrobras estão sendo objeto de julgamento em tribunal arbitral, conforme previsão contratual, não existindo uma solução até o encerramento do exercício de 2017.

A Companhia entende que não existem riscos e que não sofrerá qualquer prejuízo financeiro após a decisão final, em razão da uniformidade das cláusulas de ambos os contratos com a CGTF e com a Petrobras, no que se refere ao inadimplimento. Ainda em dezembro de 2017, a Petrobras efetuou os pagamentos para a Companhia das notas de débito ND 2374 e 2375, que reconheceu como devidas, obedecendo as cláusulas contratuais. E em janeiro de 2018, a Cegás repassou para a CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza, líquidos da sua margem de distribuição, os valores de R\$ 20.851.648 referente à nota de débito ND-010-17-R. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2017, os saldos a receber da Petrobras e a pagar à CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza encontravam-se registrados no ativo e passivo, respectivamente, conforme se verifica abaixo:

DESCRIÇÃO	Nº NOTA DE DÉBITO	2017
Nota de Débito emitida pela Cegás	ND 2370	47.962.153
Nota de Débito emitida pela Cegás	ND 2371	1.110.331
Nota de Débito emitida pela Cegás	ND 2382	2.385.544
Nota de Débito emitida pela Cegás	ND 2383	157.619
TOTAL (A)		51.615.647
(B) PASSIVOS – DESCRIÇÃO	Nº NOTA DE DÉBITO	2017
Nota de Débito emitida pela CGTF	ND-010-17-R	(47.962.153)
Nota de Débito emitida pela CGTF	ND-011-18-R	(2.385.544)
TOTAL (B)		(50.347.697)

Saldo a Receber Líquido (A – B)

NOTA 8. ESTOQUE

A Companhia, registra o estoque de gás natural decorrente do armazenamento do produto em sua rede de distribuição canalizada. O valor apurado corresponde a capacidade instalada em sua malha de gasodutos que é de 69.133m³, multiplicado pelo custo de aquisição do Gás em dezembro de 2017, que é de R\$ 0,8977/ m³. Os demais estoques referem-se a materiais de uso e consumo e a peças para manutenção.

ESTOQUES	2017	2016
Estoque de Gás Natural	62.061	49.131
Estoque de Materiais para Uso e Consumo	122.298	108.157
Estoque de Peças para Manutenção	269.913	369.136
TOTAL	454.272	526.424

NOTA 9. TRIBUTOS A RECUPERAR

Os impostos a compensar estão assim demonstrados:

DESCRIÇÃO – CIRCULANTE	2017	2016
IRRF a efetivar sobre aplicações financeiras	156.852	-
IRRF a Recuperar	662	-
IRPJ Pago a Maior	111.512	734
IRPJ Saldo Negativo (1)	-	432.861
TOTAL CIRCULANTE	269.026	433.595
DESCRIÇÃO - NÃO CIRCULANTE	2017	2016
IRPJ e CSLL Diferido (2)	13.091.363	12.000.003
TOTAL NÃO CIRCULANTE	13.091.363	12.000.003

(1) O Saldo Negativo do IRPJ surge quando as estimativas de IRPJ recolhidas, compensadas ou retidas são maiores do que as devidas.

(2) O IRPJ e CSLL Diferidos referem-se à constituição de ativo fiscal oriundo de diferenças temporárias dedutíveis, apurados com base nos passivos contingentes conforme determina a NBC TG 32 (R3) – Tributos sobre o lucro.

NOTA 10. CRÉDITOS NAS OPERAÇÕES DE VENDA E AQUISIÇÃO DE GÁS

Os valores registrados nas contas Créditos nas operações de venda e aquisição de gás referem-se à aplicação de cláusulas contratuais dos contratos de suprimentos da Companhia, que garantem ao fornecedor o adiantamento de valores correspondentes aos compromissos firmes de aquisição de volumes de gás.

Em consonância com as regras contratuais, esses adiantamentos são baixados contra a conta de fornecedores, à medida que os volumes de gás são retirados do supridor, ou levando para o resultado como despesa de penalidades, no caso de expirado o prazo contratual para a retirada do gás.

Como os valores adiantados ao Supridor correspondem a volumes de gás a serem retirados, estes montantes são atualizados pela variação do preço do gás ao final do exercício social.

A composição da Conta Créditos nas operações de venda e aquisição de gás está demonstrada conforme segue abaixo:

DESCRIÇÃO – ATIVO CIRCULANTE	2017	2016
Contrato Petrobras – Suprimento Termofortaleza (i)	-	425.756
Contrato Petrobras – Suprimento Geral (ii)	6.374.408	-
Contrato Petrobras – Suprimento Geral (Variação Preço)	899.530	-
Outros Adiantamentos	7.556	9.112

TOTAIS	7.281.494	434.868
DESCRIÇÃO – ATIVO NÃO CIRCULANTE	2017	2016
Contrato Petrobras – Suprimentos Termofortaleza	15.228.018	15.228.018
Contrato Petrobras – Suprimentos Termofortaleza (Variação Preço)	7.760.371	-
Contrato Petrobras – Suprimento Geral	-	4.867.577
TOTAIS	22.988.389	20.095.595

Os valores registrados nestas rubricas referem-se a:

i - Contrato Petrobras – Suprimentos Termofortaleza
Em 16 de setembro de 2002, foi assinado o Contrato de compra e venda de gás natural entre a Companhia e a Central Geradora Termelétrica Fortaleza, com a intervenção da Petrobras, com a finalidade de compra pela Termofortaleza e venda pela Companhia, da quantidade de 1.550.000 m³ diária (média diária anual) até o término do contrato, com compromissos firmes previstos em caso de retirada de quantidades mensais superiores a 110% (cento e dez por cento) e inferiores a 80% (oitenta por cento) da quantidade diária programada. A Companhia se compromete, ainda, a uma retirada mínima mensal e anual, conforme abaixo, sujeita à aplicação de penalidade pelo não cumprimento da cláusula denominada *Take or Pay*.

O percentual do compromisso firme de não retirada de volumes que gera adiantamento de pagamento ao supridor é determinado:

a) a cada mês: 56% do produto entre a quantidade não retirada no mês pelo valor da parcela relativa à *commodity* do custo do gás vigente ao final do último dia do mês de fornecimento.

b) a cada ano: 70% do produto entre a quantidade não retirada no ano pelo valor da parcela relativa à *commodity* do custo do gás vigente ao final do último dia do ano de fornecimento. O adiantamento ao supridor é realizado através de depósito à vista em conta bancária dos valores relativos aos volumes não consumidos, cujo crédito poderá ser recuperado, em quantidade de gás, até 365 dias após o final da vigência do contrato e no limite do valor do depósito corrigido pela variação do preço do gás.

Em 2017, o saldo de adiantamento do Contrato Petrobras – Suprimento Termofortaleza totalizou o valor de R\$ 22.988.389, sendo R\$ 15.228.018 o valor principal e a atualização de R\$ 7.760.371 por variação no preço do gás.

Como a Cegás mantém um contrato com o seu cliente Termofortaleza, nos mesmos moldes do seu contrato com a Petrobras, existe adiantamento pago pela Termofortaleza à Companhia no montante de R\$ 15.228.018, acrescida da margem de comercialização da Cegás no valor R\$ 2.456.417 e da atualização por variação de preço do gás no montante de R\$ 7.760.371, configurando um valor a ser realizado no futuro de R\$ 25.444.806.

ii) Contrato Petrobras – Suprimento Geral

A Companhia ainda possui um compromisso com a Petrobras de compra de quantidades anuais de gás natural, o Contrato Firme Inflexível, na ordem 520.000 m³ dia. Até o último ano de vigência deste contrato, a Companhia está sujeita à antecipação de valores ao supridor, no caso de os volumes de compras serem inferiores aos pactuados. Em 2017, o montante de adiantamento era de R\$ 6.374.408 referente a principal e atualização de R\$ 899.530 por variação no preço do gás.

NOTA 11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os saldos dos depósitos judiciais estão assim demonstrados:

DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE	2017	2016
Prefeitura Municipal de Fortaleza	9.695.980	9.117.100
PIS sobre faturamento	5.395.559	4.926.245
COFINS sobre faturamento	23.416.223	21.254.535
Ação Trabalhista – Depósitos Recursais	87.701	89.701
Órgãos Reguladores – ANP	279.893	279.893
Depósitos Judiciais Cíveis	152.108	152.108
TOTAIS	39.027.464	35.819.582

O valor de R\$ 9.695.980 refere-se aos recolhimentos dos depósitos judiciais efetuados nos meses de janeiro de 2009 a dezembro de 2017, decorrente de uma ação contra a Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF onde se questiona a cobrança de valores devidos pela instalação dos gasodutos no subsolo, determinadas pela Lei. Nº 8.744, de 10 de julho de 2003, que instituiu o pagamento de prestação pecuniária obrigatória a empresas que tenham infraestrutura instalada em logradouros públicos, no espaço aéreo, no solo e no subsolo do município de Fortaleza.

A Companhia também ingressou na justiça, através de uma ação declaratória, pleiteando o direito de não incidência de PIS e COFINS sobre os valores do ICMS – Substituição Tributária embutidos nas notas fiscais de aquisição de gás e repassados na tarifa do gás. Através de liminar concedida, a Companhia efetuou até dezembro de 2017 o depósito judicial no montante de R\$ 5.395.559 referente ao PIS e de R\$ 23.416.223 referente à COFINS.

A Cegás também realizou depósito judicial de R\$ 279.893, em ação ordinária, referente à multa aplicada pela Agência Nacional de Petróleo – ANP, e depósitos de ações cíveis, no montante de R\$ 152.108.

Não foram efetuados novos depósitos recursais correspondentes às ações trabalhistas, sendo o saldo remanescente R\$ 87.701.

NOTA 12. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – NÃO CIRCULANTE

DESCRIÇÃO	TIPO DE APLICAÇÃO	REMUNERAÇÃO	2017	2016
-----------	-------------------	-------------	------	------

Aplicações Financeiras				
Banco do Nordeste	CDB	98% a 99% do CDI	3.574.662	3.255.728
TOTAL DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS				
			3.574.662	3.255.728

Em 20 de agosto de 2014, a Cegás assinou contrato de número 16.2014.6002.16151, referente ao financiamento obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil, para construção e montagem voltado a expansão da rede de gasodutos da Companhia. A cláusula 20ª do contrato exige uma garantia complementar na forma de uma aplicação financeira que deverá ser mantida por todo o prazo contratual, com data prevista de término em 20 de agosto de 2024.

NOTA 13. DESPESAS ANTECIPADAS

A Companhia registrou nessa rubrica pagamentos pertinentes a custos e despesas que se referem a períodos de competência subsequentes, apresentadas no balanço pelas imputações aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no período, de forma a obedecer ao regime de competência.

A tabela a seguir evidencia os principais tipos de despesas antecipadas:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Seguros dos Gasodutos	207.844	202.925
Seguros dos Veículos	10.170	11.261
Outros	13.611	4.379
TOTAIS	231.625	218.565

NOTA 14. OUTROS ATIVOS

O valor de R\$ 4.000.000 registrado nessa conta refere-se a um aporte de garantia contratual dado pelo cliente CSP – Companhia Siderúrgica do Pecém, que será substituído por fiança bancária e assim devolvido ao Cliente.

A Companhia iniciou, no ano de 2017, a opção pelo Incentivo Fiscal de Reinvestimento do IRPJ, realizando depósitos mensais de 30% (trinta por cento) sobre o IR devido e 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios junto ao Banco do Nordeste do Brasil, totalizando ao longo de 2017 o montante de R\$ 523.566.

NOTA 15. INTANGÍVEL

Os valores reconhecidos no Intangível decorrem do Contrato de Concessão e o seu montante total é constituído pelo valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão. O montante das amortizações acumuladas está destacado pelo total.

Devido à característica das atividades operacionais, a amortização do intangível tem início quando o bem que lhe deu origem entra em atividade. No quadro abaixo demons-

tramos a composição atual da conta, como segue:

	2017				
	(-)				
DESCRIÇÃO	Taxa	Custo	Amortização	Líquido	2016
Terrenos	10%	675.438	402.577	272.861	340.404
Edificações (Imóveis)	10%	2.821.055	1.042.725	1.778.330	2.060.435
Móveis e Utensílios	10%	1.426.132	578.261	847.871	827.951
Veículo Tec.					
Administrativo	10%	1.417.259	656.027	761.232	858.075
Veículo Diretoria	10%	171.560	142.157	29.403	36.818
Veículos Trans. de Gás	10%	576.600	576.600	-	-
Equip. de Process.	10%	1.865.831	896.526	969.305	1.122.601
Rede de Distribuição	10%	161.993.440	63.627.856	98.365.584	80.140.943
Máquinas e Equip.	10%	3.793.255	1.263.131	2.530.124	2.698.091
Benfeitoria em Imóveis	10%	246.406	117.268	129.138	151.928
Softwares	10%	9.453.561	3.439.338	6.014.223	6.040.417
Manual de rotinas ARCE	10%	50.000	27.500	22.500	27.500
Rede de Distrib.					
- Terceiros	10%	810	142	668	749
Obras em Andamento	10%	10.203.132	-	10.203.132	21.654.074
TOTAIS		194.694.479	72.770.108	121.924.371	115.959.986

No quadro abaixo demonstramos a movimentação das contas ocorridas no exercício, como segue:

DESCRIÇÃO	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas/ Rever.	Transf.	Saldo em 31/12/2017
Terrenos	675.438				675.438
Edificações (Imóveis)	2.821.055				2.821.055
Móveis e Utensílios	1.390.667	160.412	(124.947)		1.426.132
Veículo Tec.					
Administrativo	1.403.464	49.995	(36.200)		1.417.259
Veículo Diretoria	171.560				171.560
Veículos Trans. de Gás	576.600				576.600
Equip. de Process.	2.470.602	8.585	(613.356)		1.865.831
Rede de Distribuição	133.518.164	667.224	(423.064)	28.231.098	161.993.440
Máquinas Equipamentos	3.613.331	179.924			3.793.255
Benfeitoria em Imóveis	246.406				246.406
Softwares	8.756.267	224.430		472.864	9.453.561
Manual de rotinas ARCE	50.000				50.000
Rede de Distrib.					
- Terceiros	810				810
Obras em andamento	21.654.074	17.944.788	(691.768)	(28.703.962)	10.203.132
TOTAIS	177.348.438	19.235.358	(1.889.317)		- 194.694.479

AMORTIZ.	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2017
Terrenos	335.034	67.543			402.577
Edificações (Imóveis)	760.620	282.105			1.042.725
Móveis e Utensílios	562.716	126.924	(111.379)		578.261
Veículo Tec. Administrativo	545.389	121.498	(10.860)		656.027
Veículos Trans. de Gás	576.600				576.600
Veículo Diretoria	134.742	7.415			142.157
Equip. Process. dados	1.348.001	159.802	(611.277)		896.526
Rede de Distribuição	53.377.221	10.250.635			63.627.856
Máquinas Equipamentos	915.240	347.891			1.263.131
Benfeitoria em Imóveis	94.478	22.790			117.268
Softwares	2.715.850	723.488			3.439.338
Manual de rotinas ARCE	22.500	5.000			27.500
Rede de Distrib.					
- Terceiros	61	81			142
TOTAIS	61.388.452	12.115.172	(733.516)	-	72.770.108
TOTAL LÍQUIDO	115.959.986	7.120.186	(1.155.801)	-	121.924.371

Em virtude da aplicação do ICPC 01 (R1), a taxa para a amortização dos itens que compõem o Intangível, é a estabelecida no Contrato de Concessão firmado com o Governo do Estado do Ceará, o qual estabelece o prazo de 10 anos. O método da amortização está fundamentado no item 98B da Revisão de Pronunciamentos Técnicos Nº. 08/15 aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade, que estabelece a possibilidade de a Companhia determinar sua taxa em decorrência de um o fator limitante predominante que é inerente ao seu ativo intangível.

Através de estudos efetuados, foi demonstrado que o valor contábil líquido do intangível apresenta capacidade de recuperação, pois o valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, ou seja, seu valor em uso é maior do que o seu valor contábil registrado, conforme define a NBCTG 01 (R3) que visa assegurar que os ativos da sociedade não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda.

NOTA 16. FORNECEDORES

O saldo da conta Fornecedores é composto em sua maior parte pelas obrigações a pagar à Petrobras pela aquisição de gás natural, a conta Outros refere-se a aquisições de bens destinados à construção da rede de distribuição de gás e à aquisição de materiais e serviços para a gestão e manutenção da máquina administrativa da Companhia, conforme demonstrado abaixo:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Petrobras – Aquisição de gás natural	37.737.061	30.880.738
Petrobras – Serviço de manutenção da Rede de Gasodutos	5.140.744	4.614.629
Outros	4.165.036	3.529.353
TOTAL	47.042.841	39.024.720

NOTA 17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
DESCRIÇÃO	VENCIM.	2017	2016	2017
Contrato Expansão Rede	2024	3.126.737	483	41.320.598
				43.714.566

Contrato Rede Térmica	2015	12.133.978	12.133.978	-	-
TOTAL		15.260.716	12.134.461	41.320.598	43.714.566

O Contrato Rede Térmica refere-se ao financiamento obtido junto à Petrobras, pela construção e montagem da Estação de Medição e Regulagem de Pressão e do Gasoduto de Conexão, para atendimento ao cliente Termofortaleza, no valor principal de R\$ 4.896.000, a ser pago em 144 (cento e quarenta e quatro) parcelas mensais, vencida a primeira no mês de janeiro de 2004. As parcelas estão corrigidas, pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). As parcelas serão cobradas pela Petrobras quando o gasoduto construído for regularizado junto à ANP – Agência Nacional de Petróleo.

O Contrato Expansão Rede (Nº. 16.2014.6002.16151), assinado em 20 de agosto de 2014, refere-se ao financiamento obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil para construção e montagem do Gasoduto Linha Tronco e ramais de Conexão. O valor principal foi R\$ 44.081.123,29, deduzidos dos custos a apropriar de R\$ 366.075, a ser pago em 72 (setenta e duas) parcelas mensais, vencida a primeira no mês de setembro de 2018. A taxa de juros efetiva sobre o principal é de 8,24% a.a. (oito inteiros e vinte e quatro centésimos por cento ao ano), e com desconto de 15% se pago em dia, capitalizados mensalmente e exigível trimestralmente durante o período de carência de 48 (quarenta e oito) meses, e mensalmente durante o período de amortização, a partir de setembro de 2018, juntamente com as prestações vincendas de principal. Em 2017, a Cegás pagou R\$ 3.038.423 a título de juros sobre o valor financiado.

NOTA 18. DESTINAÇÃO DO LUCRO DO EXERCÍCIO E DIVIDENDOS A PAGAR

O Estatuto Social da companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme determinado pela Lei nº 6.404/76, nos termos do seu artigo 202 e suas posteriores alterações. E o artigo 4º Estatuto da Companhia determina o pagamento mínimo de ações preferenciais no montante de 6% do capital social.

Os dividendos adicionais propostos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, são demonstrados como segue:

DIVIDENDOS PROPOSTOS	2017	2016
Lucro Líquido do Exercício	61.636.759	61.541.261
(-) Reserva Legal – 5% até o limite de 20% do capital	(2.665.960)	(3.077.063)
(-) Reserva de Incentivos Fiscais – IRPJ	(12.288.794)	(11.919.140)
(=) Dividendos propostos	46.682.005	46.545.058
(-) Juros sobre capital próprio líquido (A)	(8.350.659)	(7.805.748)
(-) IRRF Sobre Juros Remuneratórios do Capital Próprio	(1.187.501)	(1.110.012)
(=) Total dos Dividendos a pagar (B)	37.143.845	37.629.298

DIVIDENDO MÍNIMO EXIGIDO ESTATUTO SOCIAL	2017	2016
Capital Social de Ações Preferenciais	75.854.982	67.908.889
Dividendo Mínimo Obrigatório Ações Preferenciais (6%) (C)	4.551.299	4.074.533

CÁLCULO DIVIDENDO OBRIGATÓRIO LEI 6.404/76	2017	2016
(=) Base de cálculo dos dividendos propostos	46.682.005	46.545.058
Dividendo Obrigatório (25%) (D)	11.670.501	11.636.264
(-) Juros sobre capital próprio líquido (A)	(8.350.659)	(7.805.748)
Dividendo mínimo (D - A)	3.319.842	3.830.516
Dividendos mínimos Ações Preferenciais (E)	2.213.228	2.553.677
Dividendos mínimos Ações Ordinárias (F)	1.106.614	1.276.839

DIVIDENDOS MÍNIMOS EXIGIDOS	2017	2016
Dividendo Mínimo Obrigatório Ações Preferenciais (C)	4.551.299	4.074.533
Dividendos mínimos Ações Ordinárias (F)	1.106.614	1.276.839
Total Dividendo Mínimo Exigido (C + F)	5.657.913	5.351.372
Dividendos adicionais propostos pela Administração (B - C - F)	31.485.932	32.277.925

O pronunciamento técnico ICPC 08 estabelece que o dividendo adicional ao mínimo obrigatório contido em proposta da administração efetuada antes da deliberação em Assembleia Geral deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica "dividendo adicional proposto". Os Juros sobre o Capital Próprio foram imputados aos dividendos obrigatórios nos anos de 2017 e de 2016.

NOTA 19. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS DOS EMPREGADOS E BÔNUS DE DESEMPENHO DOS DIRETORES

Em conformidade com as disposições contidas na Lei Nº. 10.101/2000 e com a Política de Participação nos Lucros e Resultados aprovada pelo Conselho de Administração, a Companhia estipulou o Programa de Participação nos Lucros e Resultados dos empregados (PPLR) com anuência do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Petróleo nos Estados do Ceará e Piauí – SINDIPETRO-CE/PI e o programa de Bônus de Desempenho a título de participação nos lucros dos diretores para o exercício 2017. Foram estabelecidas as Metas Corporativas para o período, bem como os critérios de sua mensuração, documento este que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 24 de maio de 2017, nos termos da ata da sua 147ª Reunião. O valor provisionado para o exercício de 2017 a título de Participação nos Lucros e Resultados aos empregados foi de R\$ 1.017.496, e de Bônus de Desempenho a título de participação nos lucros para diretores foi de R\$ 84.265, tendo sido calculados com base na apuração de realização das Metas Corporativas fixadas para o referido exercício, e das metas setoriais negociadas entre diretores e colaboradores.

NOTA 20. DÉBITOS NAS OPERAÇÕES DE VENDA E AQUISIÇÃO DE GÁS

Os valores registrados nas contas Débitos nas operações de venda e aquisição de gás referem-se à aplicação de cláusulas contratuais dos contratos dos maiores clientes que garantem à Companhia o adiantamento de valores correspondentes aos compromissos firmes de aquisição de volumes de gás.

Em consonância com as regras contratuais, esses adiantamentos são baixados contra a rubrica contas a receber de cada cliente à medida que os volumes de gás são retirados pelos usuários ou levando para o resultado como receita de penalidades, no caso de expirado o prazo contratual para a retirada do gás.

O contrato com o cliente Termofortaleza estabelece que os valores adiantados correspondem a volumes de gás a serem retirados. Desta forma, estes montantes são atualizados pela variação do preço do gás ao final do exercício social. Os demais valores, que estão atrelados a outras modalidades contratuais, são mantidos a valores nominais.

A conta também contempla os valores de Cauções de Clientes que funcionam como garantias contratuais para cobrir possíveis inadimplências.

A composição da Conta Débitos nas operações de venda e aquisição de gás está demonstrada conforme segue abaixo:

DESCRIÇÃO – CIRCULANTE	2017	2016
Contr. de Clientes – Compromisso de retirada de gás (i)	7.735.865	26.143.433
Cauções de Clientes (ii)	4.315.922	-
TOTAIS	12.051.787	26.143.433
DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE	2017	2016
Contrato Termofortaleza – Compromisso de Retirada de gás (iii)	17.684.435	17.684.435
Contrato Termofortaleza – Compromisso de Retirada de gás (Variação Preço) (iii)	7.760.371	-
Outros Adiantamentos – Cláusula Contratual (iv)	23.722.657	-
TOTAIS	49.167.463	17.684.435

Os valores registrados nestas rubricas referem-se a:

- R\$ 7.735.865 refere-se a adiantamento dos clientes de valores correspondente ao cumprimento da cláusula contratual de compromisso firme de retirada de gás;
- R\$ 4.315.922 refere-se a cauções de clientes para cobrir possíveis inadimplência no pagamento das faturas de gás;
- R\$ 17.684.435 refere-se ao cumprimento da cláusula contratual de compromisso firme de retirada de gás emitido contra o cliente Termofortaleza, sendo R\$ 15.228.018 referente ao custo do gás, R\$ 2.456.417 referente à margem da Cegás e o montante de R\$ 7.760.371 obtido pela variação de preço do gás, configurando um valor a ser realizado no futuro de R\$ 25.444.806.

Conforme já explanado na Nota Explicativa nº 10, a Cegás mantém um contrato com o seu supridor Petrobras, nos mesmos moldes do seu contrato com a Termofortaleza, estando registrado na conta Crédito nas operações de venda e aquisição de gás com o supridor Petrobrás o montante de R\$ 15.228.018 referente ao principal e R\$ 7.760.371 referente à atualização por variação no preço do gás.

- R\$ 23.722.657 refere-se à emissão de notas de débitos aplicadas a clientes em cumprimento ao disposto na cláusula contratual de compromisso firme de retirada de gás, que estão sendo objeto de ação judicial de cobrança e cuja expectativa de desfecho se estende além do exercício social. Desta forma, foram transferidos para o Passivo Não Circulante estando composto da seguinte forma:

DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE	2017	2016
Petrobras Distribuidora S/A (Parte Relacionada)	13.516.185	-
Shell Brasil Ltda	8.531.698	-
Santana Têxtil S/A	1.067.818	-
Demais clientes	606.956	-
TOTAL	23.722.657	-

NOTA 21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingências registradas pela Cegás, com base na NBC TG 25 (R2) e parecer técnico da assessoria jurídica, no montante de R\$ 38.996.581, referem-se a demandas judiciais de natureza cível, administrativa, tributária e trabalhista em que a Companhia figura como Ré.

As provisões para contingências julgadas pela Administração da companhia com risco de perda provável estão evidenciadas no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Prefeitura Municipal de Fortaleza	9.695.980	9.117.100
PIS sobre faturamento	5.395.559	4.926.245
COFINS sobre faturamento	23.416.224	21.254.535
ARCE – Agência Reguladora do Ceará	56.884	56.884
ANP – Agência Nacional de Petróleo	279.893	279.893
Contingências Trabalhistas	152.041	-
TOTAIS	38.996.581	35.634.657

O valor de R\$ 9.695.980 corresponde à provisão para contingência fiscal, cobrada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza – PMF nos meses de janeiro de 2009 a dezembro de 2017 correspondente às prestações determinadas pela Lei. Nº 8.744, de 10 de julho de 2003, a qual instituiu o pagamento de prestação pecuniária obrigatória a empresas que tenham infraestrutura instalada em logradouros públicos, no espaço aéreo, no solo e no subsolo do município de Fortaleza.

Em dezembro de 2006, a Companhia também constituiu uma provisão para contingência tributária, por uma possível iminência de autuação fiscal, pelo procedimento tributário de creditar-se de PIS e COFINS sobre o ICMS - Substituição Tributária que é pago pela aquisição de gás natural da Petrobras.

A Companhia entrou na justiça, através de uma ação declaratória, pleiteando uma declaração de inconstitucionalidade da incidência destas obrigações tributárias e, através de liminar concedida, efetuou até dezembro de 2017 o depósito judicial da obrigação constituída no montante de R\$ 5.395.559 referente ao PIS e R\$ 23.416.224 referente à COFINS.

Os valores de R\$ 56.884 e R\$ 279.893 referem-se a provisões de penalidades impostas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará, e pela Agência Nacional de Petróleo respectivamente. Essas punições ainda estão em fase de defesa por parte da Companhia nas instâncias administrativas e judiciais.

Ações trabalhistas nas quais a Companhia é demandada referem-se, sobretudo, ao reconhecimento de vínculo empregatício e verbas de natureza salarial.

DESCRIÇÃO	2017	2016
Saldo Inicial	35.634.657	33.030.793
Constituição de Provisão no Período	3.361.924	2.603.864
SALDO FINAL	38.996.581	35.634.657

Os passivos contingentes classificados, em 31 de dezembro de 2017, pela Assessoria Jurídica da Companhia como de perda possível e que não estão provisionados estão evidenciados no quadro abaixo:

Natureza	Valor da Causa
Trabalhista	363.201
Cível	2.646.359
Tributária	3.279.541
SALDO FINAL	6.289.101

NOTA 22. OUTROS PASSIVOS

O registro na rubrica outros passivos no Circulante e Não Circulante referem-se ao saldo de subvenções de investimentos a apropriar, provisões para contingências, cauções contratuais, valores em controvérsia e participação financeira de clientes conforme demonstrado na tabela a seguir:

DESCRIÇÃO – CIRCULANTE	2017	2016
Subvenções de investimentos a apropriar	35.000	35.000
Provisão para contingências	4.383	30.164
Cauções Contratuais	157.036	191.380
Valores em controvérsia – Termelétrica	1.110.330	-
SALDO FINAL	1.306.749	256.544
DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE	2017	2016
Subvenções de investimentos a apropriar	137.084	172.084
Participação financeira de clientes	75.176	-
SALDO FINAL	212.260	172.084

Com relação às subvenções, a Companhia recebeu, no ano de 2012, a título de doação da Prefeitura de Aquiraz, um terreno avaliado em R\$ 350.000, estando destinado à construção de um ponto de transferência de gás da Petrobras para a Cegás e à construção de uma estação de odorização de gás natural.

Para a concretização da doação foram listados na escritura os seguintes condicionantes: o terreno deverá ser utilizado exclusivamente para a atividade comercial e/ou industrial da companhia; a construção deve ser iniciada em até 180 (cento e oitenta) dias da data da doação; devem ser cumpridas normas ambientais do município; a Companhia deverá contratar para trabalhar no empreendimento, preferencialmente, mão de obra local; está vedada a transferência, onerosa ou gratuita pelo prazo de 10 (dez) anos do terreno, e no caso de falência dentro do prazo de 10 (dez) anos, o terreno deverá ser devolvido ao município. A Companhia implementou todas as ações necessárias para o cumprimento do contrato de doação.

Desta forma, em virtude das cláusulas contratuais condicionantes e por força das orientações dadas pela Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), que determina que os ativos da Companhia sejam registrados no Ativo Intangível, o Terreno foi registrado na rubrica contábil: “Ativo Intangível” em contrapartida da rubrica contábil “Subvenções de Incentivo a Apropriar”, no Passivo. O reconhecimento da Receita de Doação foi apropriado ao resultado na parcela equivalente à amortização do período de acordo com a legislação vigente. Desta forma, foi reconhecido como receita em 2017 o montante de R\$ 35.000.

NOTA 23. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2017, assim como em dezembro de 2016, o capital social estava composto de 39.400.000 ações sem valor nominal, sendo 13.133.334 ações ordinárias e

26.266.666 ações preferenciais, todas de classe única, de acordo com a distribuição a seguir:				
ACIONISTAS	% Total de Ações	Vr. das Ações Ordinárias	Vr. das Ações Preferenciais	Vr. Total
Estado do Ceará	6.698.000	-	51,00	17,00
Petrobras Gás S/A				
- GASPETRO	3.217.667	13.133.333	24,50	41,50
Mitsui Gás e Energia Ltda.	3.217.667	13.133.333	24,50	41,50
TOTAIS	13.133.334	26.266.666	100,00	100,00
As ações preferenciais são nominativas, não possuem valor nominal, não têm direito a voto e gozam da prioridade no recebimento de dividendo mínimo obrigatório e no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia.				
A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de novembro de 2017 aprovou o aumento de capital, com a incorporação de reserva de incentivos fiscais, no montante de R\$ 11.919.140 sem modificação da quantidade de ações existentes. A participação de cada sócio está demonstrada na tabela abaixo.				

ACIONISTAS	% Total de Ações	Vr. das Ações Ordinárias	Vr. das Ações Preferenciais	Vr. Total
Estado do Ceará	17,00	19.343.021	-	19.343.021
Petrobras Gás S/A				
- GASPETRO	41,50	9.292.236	37.927.491	47.219.727
Mitsui Gás e Energia Ltda.	41,50	9.292.236	37.927.491	47.219.727
TOTAL	100,00	37.927.493	75.854.982	113.782.475

O capital autorizado é de 50.000.000 de ações, mantendo-se sempre a proporção de 1/3 do Capital social representado pelas ações ordinárias e 2/3 pelas ações preferenciais a proporção de cada espécie de ação que possuírem os acionistas.

NOTA 24. RECEITA LÍQUIDA – VENDA DE GÁS E SERVIÇOS

A receita líquida por natureza está demonstrada na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Receita Bruta	568.245.728	498.422.933
Venda de Gás	567.934.566	498.373.539
Prestação de Serviços	311.162	49.394
(-) Deduções da Receita Bruta	(127.175.873)	(108.625.326)
Venda de Gás	(127.172.186)	(108.622.856)
Prestação de Serviços	(3.487)	(2.470)
(=) Receita Líquida	441.070.055	389.797.607
Venda de Gás	440.762.380	389.750.683
Prestação de Serviços	307.675	46.924

Nas deduções da Receita Bruta, foi considerado o Decreto nº 24.569/97, do Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria da Fazenda, que determina atribuir à Companhia a condição de sujeito passivo por substituição tributária, nas operações de aquisição de gás natural.

NOTA 25. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS POR NATUREZA

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados por natureza estão demonstrados na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Custo de Aquisição do Gás Natural	344.899.979	301.387.282
Custo de Pessoal	2.977.856	2.453.912
Custo dos Serviços Prestados	7.343.211	2.800.799
Custo de Aquisição de Materiais	563.705	508.503
Custo de Amortização Operacional	10.440.635	9.879.364
Outros	574.215	553.095
TOTAL	366.799.601	317.582.955

NOTA 26. DESPESAS POR NATUREZA

As despesas por natureza de gastos estão demonstradas na tabela abaixo:

DESPESAS POR NATUREZA	2017	2016
Despesa de Pessoal	7.917.127	6.814.402
Despesas dos Serviços Prestados	4.072.460	3.661.489
Despesas de Aquisição de Materiais	110.166	56.802
Despesas de Amortização Administrativa	1.585.156	1.126.255
Despesas Gerais e Administrativas	3.353.590	2.915.043
Despesas Tributárias	4.143.487	3.071.550
TOTAL	21.181.986	17.645.541

NOTA 27. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Outras Receitas Operacionais referem-se às penalidades originadas por aplicação de cláusulas contratuais com os clientes. As Outras Despesas Operacionais são penalidades concernentes ao contrato de compra e venda de gás com o supridor PETROBRAS e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa. As Outras Receitas e Despesas estão discriminadas na tabela a seguir:

DESCRIÇÃO – RECEITAS (A)	2017	2016
Penalidade de retirada de gás a maior e a menor	182.478	31.836
Penalidade de transporte de gás térmico (Ship or pay)	4.627.555	40.465.897
Penalidade de Falha de fornecimento	2.388.693	1.683.214
Penalidade de retirada de gás (Binomial)	3.188.422	2.448.282
Multa contratual	172.818	2.000
Receita capacidade de transporte	2.859.259	2.701.201
Receita variação preço gás	8.659.900	-
Reversão provisões contingências cíveis	25.781	-
Outras receitas operacionais	1.830.669	1.618.943
Total de Outras Receitas Operacionais (total)	23.935.575	48.951.373
DESCRIÇÃO – DESPESAS (B)	2017	2016
Penalidade de retirada a maior e a menor	(547.245)	(169.666)
Penalidade de transporte de gás térmico (Ship or pay)	(4.490.732)	(40.495.693)
Despesa variação preço gás	(7.760.370)	-
Provisão créditos liquidação duvidosa	(60.074)	(121.143)
Provisão contingências trabalhistas	(152.041)	-
Outras despesas operacionais	(605.851)	(1.632.713)
(-) Outras Despesas Operacionais (total)	(13.616.313)	(42.419.215)
TOTAL (A-B)	10.319.262	6.532.158

NOTA 28. RESULTADO FINANCEIRO

DESCRIÇÃO – Receitas Financeiras	2017	2016
Receitas de Aplicações Financeiras	10.456.899	12.709.465
Outras Receitas Financeiras	671.327	895.964
TOTAL	11.128.226	13.605.429
DESCRIÇÃO – Despesas Financeiras	2017	2016
Juros de Financiamentos	4.857.158	2.797.996
Outras Despesas Financeiras	47.705	930.606
TOTAL	4.904.863	3.728.603

As Despesas Financeiras estão representadas por juros de financiamento no montante de R\$ 4.857.158, referente ao contrato de financiamento firmado com o Banco do Nordeste do Brasil para expansão da rede de gasodutos, e à cláusula do contrato firmado com a PETROBRAS para construção e montagem do gasoduto para atendimento a TERMOFORTALEZA, conforme Nota Explicativa 17.

As Receitas Financeiras estão representadas por rendimentos de aplicações financeiras a taxas demonstradas nas Notas Explicativas nº. 4, 5 e 12.

NOTA 29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

ATIVO	2017	2016
Processos Judiciais com Depósitos Integrais	1.091.360	885.314

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS	1.091.360	885.314
--	-----------	---------

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

Efeito da CSLL	2017	2016
Lucro Antes da CSLL após reversão do JRCP	69.631.093	70.978.095
(-) Despesas JRCP	(9.538.160)	(8.915.761)
Lucro Antes da CSLL	60.092.933	62.062.334
(+) Adição ao lucro real	4.085.068	2.741.256
Depósitos Judiciais	3.209.882	2.603.864
Multas Indedutíveis	162.217	64.317
Incentivos fiscais Lei Rouanet	300.000	-
Incentivos fiscais produção cinematográfica	30.000	-
Incentivos fiscais atividades desportivas	80.000	-
Doações Indedutíveis	110.000	-
Provisão para contingências trabalhistas	152.041	-
Outras	40.928	73.075
(-) Exclusões	25.781	-
Reversão de provisões não dedutíveis	25.781	-

Alíquota	9%	9%
Contribuição social corrente	(5.773.700)	(5.832.323)
Contribuição social diferida	288.889	234.348
TOTAL	(5.484.811)	(5.597.975)

Efeito do IRPJ	2017	2016
----------------	------	------

Lucro Antes do IRPJ após a reversão do JRCP	69.631.093	70.978.095
(-) Despesas JRCP	(9.538.160)	(8.915.761)
Lucro Antes do IRPJ	60.092.933	62.062.334
(+) Adição ao lucro real	4.169.333	2.839.300
Depósitos Judiciais	3.209.882	2.603.864
Multas Indedutíveis	162.217	64.317
Bônus diretoria	84.265	98.044
Incentivos fiscais Lei Rouanet	300.000	-
Incentivos fiscais produção cinematográficas	30.000	-
Incentivos fiscais atividades desportivas	80.000	-
Doações Indedutíveis	110.000	-
Provisão para contingências trabalhistas	152.041	-
Outras	40.928	73.075
(-) Exclusões	(25.781)	-
Reversão de provisões não dedutíveis	(25.781)	-

Alíquota	25%	25%
-----------------	------------	------------

Imposto de renda corrente	(16.222.778)	(16.497.985)
Imposto de renda diferido	802.471	650.966
TOTAL	(15.420.307)	(15.847.019)

Conforme determina a NBC TG 32 (R3) – Tributos sobre o Lucro, foram constituídos no exercício os valores do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias dedutíveis existentes na data do balanço e, apurados com base nas provisões para riscos fiscais e passivos contingentes, sendo tais valores adicionados à base de cálculo do lucro real.

Segundo a administração da empresa, a previsão fornecida pelos advogados para o desfecho dessas diferenças temporárias ocorrerá até o exercício findo em dezembro de 2022.

Os valores pagos correspondentes ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido estão demonstrados na tabela abaixo:

	2017	2016
Imposto de Renda (IRPJ)	3.533.510	4.268.309
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	5.632.303	5.834.583
Total	9.165.813	10.102.892

NOTA 30. RESERVAS DE LUCROS

Em 22 de junho de 2004, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE expediu o Laudo Constitutivo nº 123/04, que concedeu a redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis sobre o lucro da exploração da atividade de produção de gás natural, por um prazo de 9 anos, na quantidade ampliada de 1.003.750.000 m³/ano, a partir do exercício de 2005.

Em 06 de outubro de 2009, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE expediu o Laudo Constitutivo nº 114/09, que concedeu a redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis sobre o lucro da exploração, da atividade de produção de gás natural, por um prazo de 10 anos, na quantidade ampliada de 1.313.750.000 m³/ano, a partir do exercício de 2009.

O valor do incentivo fiscal é contabilizado em conta de resultado em contrapartida da conta de Reserva de Lucros no Patrimônio líquido, devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízo contábil, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda.

A rubrica reserva de lucros abrange, além da reserva de incentivos fiscais, a reserva legal, que, no ano de 2017, foi constituída conforme Nota Explicativa nº 18 e acumula saldo de R\$ 22.756.494.

Os valores de incentivos fiscais e reserva legal apurados estão demonstrados na tabela abaixo:

Incentivo Fiscal	2017	2016
Incentivos Fiscais SUDENE	12.288.794	11.919.140
Reserva Legal	22.756.494	20.090.535
TOTAL	35.045.288	32.009.675

NOTA 31. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo, tendo em vista seu direito a dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existe ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído. No quadro a seguir, estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação.

DESCRIÇÃO	2017	2016
Lucro Líquido atribuído ao acionista	61.636.759	61.541.261
Total de Ações Ordinárias e Preferenciais	39.400.000	39.400.000
Lucro/Ação	1,56	1,56

NOTA 32. PARTES RELACIONADAS

As transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações. Enfatiza-se que transações mercantis com a empresa ligada Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS são realizadas de acordo com os preços praticados pelo mercado.

A Cegás possui contrato de compra de gás firme inflexível firmado com a PETROBRAS, assinado em novembro de 2014, garantindo o fornecimento fixo de 520.000m³/dia de gás de natural com vigência até dezembro de 2019.

A Cegás possui também contrato de venda de gás natural veicular firmado com a PETROBRAS Distribuidora S/A em 13 de dezembro de 2001, com compromisso contratado de fornecimento de 60.000m³/dia. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 estão demonstrados na tabela a seguir:

ANO	Parte Relacionada	Fornec.	Financ.	Adiant. a Fornec.	Contas a Pagar	Contas a Receber	Div. Mínimos (25%)
2017	Operações						
	ESTADO CEARÁ						564.189
	PETROBRAS	42.877.805	12.133.978	30.262.327		1.267.950	2.546.682
	GASPETRO				19.728		14.948.079
2016	BR Distribuidora						2.546.682
	MITSUMI				20.485		651.188
	ESTADO CEARÁ						1.311.394
	PETROBRAS	35.513.203	12.133.978	20.095.595			2.350.092
	GASPETRO						14.516.169
	BR Distribuidora						2.350.092
	MITSUMI	17.836					

(1) Informação líquida de impostos

Os valores de R\$ 19.728 e de R\$ 20.485 registrados em Contas a pagar a parte relacionadas referem-se ao reembolso da remuneração do diretor administrativo e financeiro e diretor técnico e comercial para as acionistas Mitsui e Gaspetro.

A Companhia, através de deliberação em sua 25ª AGO de 19/04/2017, autorizou o pagamento aos seus acionistas de dividendos provenientes do exercício 2016 no valor de R\$ 46.545.058, sendo R\$ 8.915.761 referentes a Juros Remuneratórios do Capital Próprio, deliberado na 68ª AGE realizada em 26 de abril de 2016 e R\$ 37.629.297 como dividendos distribuídos aos acionistas na proporção de suas participações societárias no Capital Social total da Companhia.

NOTA 33. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens que compõem o ativo da concessão, por valores considerados pela Administração suficientes para cobrir eventuais perdas.

Os valores correspondentes a garantia de cobertura de eventuais sinistros estão evidenciados na tabela:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Responsabilidade Civil	3.700.000	3.700.000
Riscos Nomeados (Incêndio)	2.000.000	500.000
TOTAL	5.700.000	4.200.000

NOTA 34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As transações financeiras efetuadas pela Companhia são pertinentes às suas atividades econômicas, envolvendo particularmente contas a receber e a pagar, e financiamentos de cunho operacional. Esses instrumentos, devido a sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados nos balanços patrimoniais próximos aos valores de mercado. Não existem outros instrumentos financeiros que requeiram divulgação específica.

NOTA 35. RECEITAS DE CONTRATOS COM CLIENTES - NBC TG 47

A NBC TG 47 estabelece um modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. Este pronunciamento substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente no CPC 30 (R1) (IAS 18) - Receitas, CPC 17 (R1) (IAS 11) – Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva a partir de 01/01/2018.

O princípio fundamental do CPC 47 (IFRS 15) consiste em que a entidade deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflete a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens e serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente;
- Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato;
- Passo 3: Determinar o preço da transação;
- Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato;
- Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

De acordo com este Pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de realizar for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente.

Neste sentido, a Cegás reconhece receitas oriundas principalmente das seguintes fontes:

- Venda de gás canalizado, conforme divulgado na nota explicativa nº 24;
 - Prestação de serviços de movimentação de gás de autoprodução.
- Os administradores da Cegás avaliaram as principais fontes de receita da entidade, conforme discriminado acima, e entendem que as mesmas representam obrigações de desempenho distintas, os quais deverão ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço é realizado. Portanto, a companhia manterá o tratamento contábil para todas as obrigações de desempenho existentes.
- Além de fornecer divulgações mais abrangentes sobre as transações de receita da Cegás, a administração da entidade não espera que a aplicação da NBC TG 47 tenha um impacto significativo sobre a posição patrimonial e financeira e/ou o desempenho das operações da companhia.

NOTA 36. MUDANÇA DE SEDE/ENDEREÇO

A Companhia de Gás do Ceará – Cegás iniciou no ano de 2017 os preparativos para a mudança da nova sede localizada na Av. Washington Soares, nº 6475, Bairro José de Alencar, CEP. 60.830-005, Fortaleza-CE, Brasil, tendo iniciado suas atividades nas novas instalações a partir de janeiro de 2018.

NOTA 37. EVENTO SUBSEQUENTE

A PETROBRAS, em 04 de outubro de 2017, notifica a Cegás e a Central Geradora Termelétrica de Fortaleza - CGTF sobre sua decisão de rescindir o contrato de suprimento e, assim, suspender o fornecimento de gás para a térmica, sob a alegação de desequilíbrio econômico e financeiro do contrato. Em 25 de outubro de 2017, a CGTF impetra ação requerendo o pedido de tutela antecipada para assegurar a continuidade do fornecimento do gás, sendo deferido o pedido da CGTF em segunda instância no TRF – 1ª Região, em 10 de novembro de 2017. Por decisão publicada em 26 de fevereiro de 2018, o Juízo de 1ª instância extinguiu o processo sem julgamento de mérito sob a alegação da existência de cláusula arbitral no contrato de compra e venda de gás natural, tornando sem efeito a tutela antecipada. Em 27 de fevereiro de 2018 a Petrobras suspendeu o suprimento à Cegás para fornecimento à CGTF. A Petrobras, concomitantemente, havia requerido desde 25 de janeiro de 2018 a abertura de processo arbitral para tratar da mesma questão arguida no processo judicial.

A Cegás está analisando as ações a serem implementadas para a retomada do fornecimento de gás pela Petrobras. Entretanto, caso o suprimento não seja regularizado ao longo do ano de 2018, a redução no Lucro Bruto da Companhia poderá ser de até aproximadamente 12%.

NOTA 38. OUTROS ASSUNTOS

A Lei 13.303 de 2016 disciplina a exploração direta de atividade econômica pelo Estado por intermédio de suas empresas públicas e sociedades de economia mista. A lei trouxe mudanças relevantes estabelecendo mecanismos de transparência e governança a serem observados tais como: regras para divulgação de informações, práticas de gestão de risco, códigos de conduta, constituição de funcionamento dos conselhos, requisitos mínimos para nomeação de dirigentes, além de normas específicas de licitações e contratos. A Companhia tem um prazo de 24 meses para se adequar às novas regras a partir do início de vigência da lei que foi em 30 de junho de 2016. A Administração da Companhia já iniciou a análise sobre os efeitos decorrentes da aplicação da referida lei e implementou algumas ações para o atendimento da norma.

NOTA 39. APROVAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Companhia aprovou e autorizou o envio das demonstrações para os Auditores Independentes em 06 de fevereiro de 2018 e autorizou a divulgação das Demonstrações Contábeis em 09 de março de 2018.

Hugo Santana de Figueirêdo Junior - Diretor Presidente
Fábio Augusto Norcio - Diretor Adm. e Financeiro
Fabricio Bomtempo de Oliveira - Diretor Técnico e Comercial
Alyne Valentim Muniz - Contadora CRC-CE 14.700/O-5

Aos
Acionistas, Diretores e demais Administradores da
COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ – CEGÁS
Av. Washington Soares nº 6475 - Bairro José de Alencar - CEP. 60.830-005
Fortaleza - Ceará - Telefone: (85) 32666900 32666908
CNPJ(MF) 73.759.185/0001-96 - Site: www.cegas.com.br
Prezados Senhores,
1) Opinião sem ressalva:
Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ – CEGÁS**, (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ – CEGÁS**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
2) Base para Opinião sem Ressalva
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **Companhia**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
3) Base para Opinião com Ênfase
Sem modificar nossa opinião, enfatizamos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 37 que, a PETROBRÁS, em 04 de outubro de 2017, notificou a Cegás e a Central Geradora Termelétrica de Fortaleza - CGTF sobre sua decisão de resilir o contrato de suprimento e, assim, suspender o fornecimento de gás para aquela Termelétrica, sob a alegação de desequilíbrio econômico e financeiro do contrato. Em 25 de outubro de 2017, a CGTF impetra ação requerendo o pedido de tutela antecipada para assegurar a continuidade do fornecimento do gás, sendo deferido o pedido da CGTF em segunda instância no TRF – 1ª Região, em 10 de novembro de 2017. Por decisão publicada em 26 de fevereiro de 2018, o Juízo de 1ª instância extinguiu o processo sem julgamento de mérito sob a alegação da existência de cláusula arbitral no contrato de compra e venda de gás natural, tornando sem efeito a tutela antecipada. Em 27 de fevereiro de 2018 a Petrobras suspendeu o suprimento à Cegás para fornecimento à CGTF. A Petrobrás, concomitantemente, havia requerido desde 25 de janeiro de 2018 a abertura de processo arbitral para tratar da mesma questão arguida no processo judicial. A Cegás está analisando as ações a serem implementadas para a retomada do fornecimento de gás pela Petrobras. Entretanto, caso o suprimento não seja regularizado ao longo do ano de 2018, a redução no Lucro Bruto da Companhia poderá ser de até aproximadamente 12%.
4) Outros Assuntos
4.1 Demonstração do Valor Adicionado
Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, como informação suplementar, cuja apresentação não é requerida como parte integrante das demonstrações financeiras para compa-

nhias de capital fechado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
4.2 Outras Informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório de auditoria.
4.2.1 Relatório da Administração
A administração da **Companhia** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.
5 Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Companhia** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Companhia** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.
6 Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• *Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro,*

já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• *Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Companhia**.*
• *Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.*
• *Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Companhia** a não mais se manter em continuidade operacional.*
• *Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.*
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
7) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores, cujo Relatório de Auditoria, foi emitido em 24 de fevereiro de 2017, sem modificação de opinião decorrente de ressalvas ou ênfases.
8) Base para Reemissão do presente Relatório de Auditoria
O presente Relatório de Auditoria Independente – RAI, está sendo emitido em substituição ao que firmamos em 21 de fevereiro de 2018, devido a constatação de evento subsequente caracterizado como FATO RELEVANTE, que ensejou a inclusão de uma ênfase sem modificação da opinião emitida no precitado RAI, por esse motivo reiteramos que as demonstrações contábeis referidas no parágrafo (1), apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ – CEGÁS**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Fortaleza/CE, 21 de março de 2018
AUDIMEC - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O-S*CE
Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira - Contador - CRC/PE 010483/O-9*S*CE
Sócio Sênior - CNAI 1593
Phillipe de Aquino Pereira - Contador - CRC/PE 028157/O-2*S*CE
CNAI 4747
Thomaz de Aquino Pereira - Contador - CRC/PE 021100/O-8*S*CE
CNAI 4850

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS examinamos o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, com suas respectivas Notas Explicativas, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, bem como a proposta de destinação do Resultado do Exercício, tendo seu encaminhamento aprovado pelo Conselho de Administração em sua 164ª Reunião realizada em 28 de março de 2018. A documentação verificada está em boa ordem e, considerando o Relatório da Audimec Auditores Independentes S/S, de 21 de março de 2018, cujo parecer se apresenta sem ressalvas, somos de Opinião que os referidos documentos estão adequados para encaminhamento à deliberação dos Acionistas em Assembleia Geral, conforme a Lei nº 6.404/76, artigo 163, incisos II e VII.
A proposta de destinação de resultados encaminhada pela Administração para deliberação

da Assembleia Geral Ordinária considera a seguinte destinação do Lucro Líquido referente ao exercício findo em 31/12/2017:
(a) do Lucro Líquido apurado no valor total de R\$ 61.636.758,77 (sessenta e um milhões, seiscentos e trinta e seis mil, setecentos e cinquenta e oito reais e setenta e sete centavos):
(i) destinar 4,33% para a constituição da Reserva Legal, o que corresponde ao montante de R\$ 2.665.960,20 (dois milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, novecentos e sessenta reais e vinte centavos), em atendimento ao limite de 20% do Capital Social estabelecido no art. 193, da Lei nº 6.404/76; (ii) destinar o montante de R\$ 12.288.793,77 (doze milhões, duzentos e oitenta e oito mil, setecentos e noventa e três reais e setenta e sete centavos) para a constituição da Reserva de Incentivos Fiscais da SUDENE; (iii) distribuir a totalidade do Lucro à disposição dos Acionistas, na proporção de suas participações societárias no capital social da Companhia, cujo montante é de R\$ 46.682.004,80 (quarenta e seis milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, quatro reais e oitenta centavos);

(b) do Lucro à disposição dos Acionistas o montante de R\$ 9.538.159,51 (nove milhões, quinhentos e trinta e oito mil, cento e cinquenta e nove reais e cinquenta e nove centavos) já foi pago mensalmente, no último dia útil de cada mês, a partir de 24/02/2017 até 28/12/2017, na proporção de suas participações societárias no capital social da Companhia sob a forma de Juros Sobre o Capital Próprio, restando o montante de R\$ 37.143.845,29 (trinta e sete milhões, cento e quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e vinte e nove centavos) a ser distribuído aos Acionistas sob a forma de Dividendos, a ser pago em 01 (uma) única parcela no dia 30/04/2018, na proporção das participações societárias dos acionistas.

Fortaleza, 28 de março de 2018.
Celso José de Faria Viana - Presidente do Conselho Fiscal
Carlos Mauro Benevides Filho - Conselheiro Fiscal
Marcio Musso de Góes - Conselheiro Fiscal